

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



Protestos contra o plano

As perdas salariais levam os trabalhadores a reagir contra o engodo imposto por Fernando Henrique Cardoso

PÁGINA 7

ELEIÇÕES

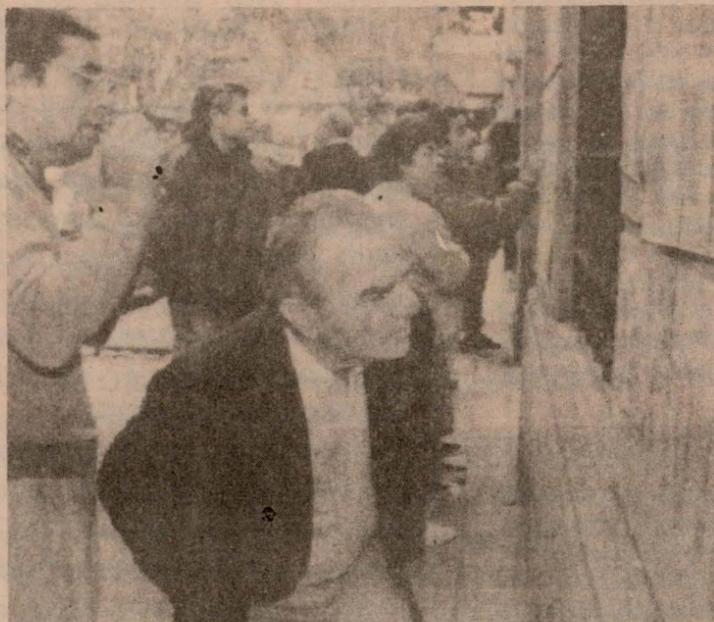
Avançam as articulações para disputa da eleição presidencial. Nos estados as alianças começam a ser definidas

PÁGINAS 8 e 9



LOIR GONÇALVES

...E A REVISÃO CAMINHA PRO BREJO



ARGENTINA

A esquerda surpreende nas eleições argentinas e vence no maior colégio eleitoral, que é Buenos Aires

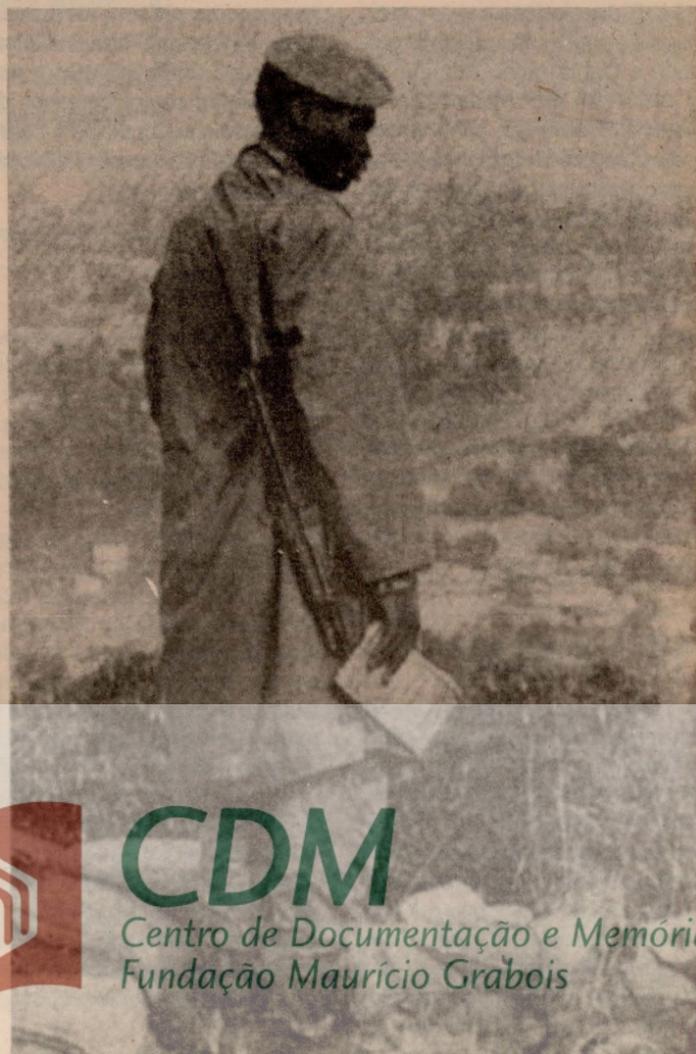
PÁGINA 13

REUTER

RUANDA

Além da guerra a população do país centro-africano é dizimada pela fome e pela AIDS. As forças governistas massacram civis

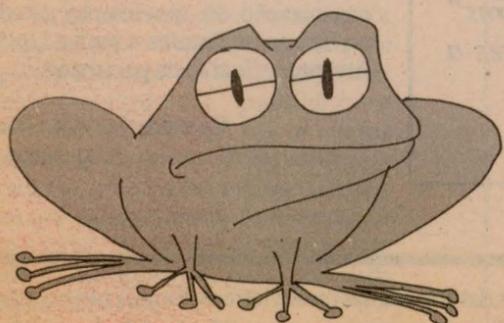
PÁGINA 13



ASSOCIATED PRESS

CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grábois



Cartas

Resumo

7/4. quinta

Faleceu no Rio de Janeiro aos 84 anos a advogada Maria Werneck que militou durante muito tempo nas fileiras comunistas. Esteve presa entre 1936 e 1938 na mesma cela que Olga Benário. Foi uma das personagens do livro Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos.

12/4. terça

Anunciado o déficit comercial da Argentina no mês de janeiro: US\$ 585,6 milhões. As exportações caíram 4,9% e as importações aumentaram 48%. Em janeiro de 93 o déficit foi de US\$

136,6 milhões. No México o déficit da balança comercial atingiu US\$ 1,52 bilhão em fevereiro. Esse é o resultado concreto do "livre comércio" neoliberal dos governos Menem e Salinas.

13/4. quarta

Apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) o índice de preços em São Paulo com alta de 43,17% para a primeira quadrissemana de abril. Dessa forma o índice de abril poderá ultrapassar os 44%, superando todas as expectativas do governo. A aceleração dos preços neste período de deve sobretudo à alta dos alimentos industrializados, controlados pelos monopólios.

Acordo da dívida velha não refresca

Na sexta-feira, 15 de abril o governo brasileiro assinou finalmente o acordo com os bancos credores internacionais de uma parte da dívida contraída na nos anos 70 e início dos 80, a "dívida externa velha". O governo faz intensa propaganda da redução significativa que teria sido conseguida. Na realidade os credores estrangeiros converteram em cinco tipos de papéis novos US\$ 28,55 bilhões uma dívida velha de US\$ 32,48 bilhões. Para uma "redução" de US\$ 4 bilhões o governo teve que desembolsar de imediato US\$ 2,8 bilhões comprando títulos do Tesouro norte-americano como garantia. E para este fim terá que desembolsar mais US\$ 1,1 bilhão nos próximos dois anos. As taxas de juros cobradas pelos novos papéis estão muito acima das do mercado internacional, chegando a 8% ao ano em alguns casos. Além disso, o que é mais grave, os novos títulos poderão ser utilizados no programa de privatização brasileiro. O governo tenta vender a idéia de que enganou os banqueiros internacionais fazendo um grande negócio para o país. A realidade porém é bem distinta. A dívida externa brasileira não pára de crescer, já anda pela casa dos US\$ 150 bilhões apesar do país das quantias vultuosas que o governo vem pagando todos os anos às custas do sacrifício do povo.

15/4. sexta

Assinado em Marrakesh, Marrocos, por representantes dos governos de 109 países o acordo final da Rodada Uruguai do GATT depois de sete anos e meio de negociações. Foi criada na ocasião a Organização Mundial do Comércio que substituirá o GATT. Dominada pelos países ricos o acordo impôs concessões sem contra-partidas para os países dependentes. A pomposa reunião de Marrakesh foi considerada por muitos observadores como uma farsa sobretudo porque o discurso dos países ricos enfatiza a liberalização comercial mas na prática aplicam o protecionismo crescente. O governo dos EUA por exemplo, faz uma agressiva campanha para a abertura dos mercados japoneses e ameaça a todos com a aplicação de sanções comerciais unilaterais.

18/4. segunda

Chegaram à Coréia do Sul dois navios de guerra norte-americanos desembarcando no porto de Pusan seis baterias de mísseis Patriot. Cada bateria é composta de oito lançadores de 64 mísseis. Além dos Patriot os EUA enviaram modernos helicópteros anti-tanque Apache. Na terça-feira chegou à capital Seul o secretário de Defesa dos EUA William Perry

a fim de tratar da retomada das operações militares conjuntas dos dois países. Na semana anterior o presidente da Coréia do Norte, Kim Il Sung havia concedido uma entrevista em que negava veementemente que seu país estivesse desenvolvendo armas nucleares porque não faria o menor sentido usá-las contra coreanos do sul. Mesmo assim os EUA continuam com provocações e preparativos para a guerra.

19/4. terça

Abortado o plano do governo para a privatização do setor elétrico que consistia em dividir a Eletrobrás em duas empresas: Eletropart e Eletrobrás. A primeira abarcaria o controle acionário da Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte que, juntas, abririam seu capital colocando ações à venda nas bolsas. A Eletrobrás ficaria com o Centro de Pesquisas, áreas de planejamento e coordenação, empresas de energia nuclear e a Itaipu binacional. Na opinião da Associação dos Empregados da Eletrobrás a cisão funcionaria como uma alavanca para a privatização ficando "tudo que é rentável para a Eletropart". Devido à forte resistência encontrada o governo foi obrigado a recuar não enviando a medida provisória sobre a matéria ao Congresso Nacional como pretendia.

Classe, patrimônio a preservar

O jornal "A Classe Operária" começou a circular no dia dos trabalhadores, em 1 de maio de 1925, numa simbólica homenagem à classe que lhe emprestou o nome. Os operários sustentavam o jornal que se apresentava como "um rio claro e profundo" para uma classe sedenta de informação e orientação.

Dos comitês de apoio e dos "500 redatores operários" de que falava o primeiro diretor do jornal, Octávio Brandão, "A Classe" chega ao 69 aniversário. Poucos jornais conseguiram sobreviver tanto tempo na acidentada história da imprensa brasileira. Esse feito foi obra coletiva de várias gerações de militantes. É um patrimônio inestimável que custou caro em sacrifícios, abnegação e firmeza, em coragem, em sangue, sobrevivendo às perseguições de toda ordem. Hoje, num período de vigência da democracia, "A Classe" enfrenta dificuldades de outra ordem. É o poder da mídia monopolizadora, é a falta de recursos para ousar mais numa tiragem que chegue às grandes massas, são os efeitos da crise do socialismo e dos desafios políticos, ideológicos e organizativos que precisam ser enfrentados.

Mas é a compreensão sempre presente da necessidade de um jornal nacional que contribua para unificar e fortalecer politicamente o PCdoB e levar a perspectiva socialista ao povo, participando ativamente do debate da idéias, que faz com que as iniciativas se renovem visando a sobrevivência do jornal.

Neste aniversário, todo o partido faz um esforço concentrado para aumentar a tiragem do órgão central de informação do PCdoB com o crescimento considerável do número de assinantes. Em São Paulo, por exemplo, todos os delegados à Conferência Regional, que começa no dia 28 de abril, vão fazer uma assinatura do jornal. Por sua vez, o Diretório Regional do Amazonas pretende fazer 340 assinaturas até o dia 1 de maio.

Essa é a nova forma de cada organismo partidário e de cada militante manter vivo o empenho dos "pacoteiros" de 1925, os primeiros trabalhadores a divulgarem o jornal.

Polêmica

Senti-me incomodado com a matéria da última página na edição 121. Não só pela "Classe" ter dedicado uma das mais importantes páginas sobre o filme "A Lista de Schindler", como também pelas colocações serem de uma tal ingenuidade que chega a ser comprometedor. Creio que um órgão da imprensa comunista, de perfil crítico e combativo, deve ter maior rigor no trato de temas polêmicos como os do filme de Spielberg. A meu ver, o filme (que ganhou sete Oscar graças ao lobby da comunidade judaica) é muito mais uma apologia às virtudes da raça do que propriamente um instrumento de combate à "insanidade desumana" do nazismo.

Se é certo que os comunistas têm o dever moral de combater os ideais neonazistas, também é certo que devemos olhar com desconfiança (e sem segregacionismo) a política sionista. Principalmente quando, a serviço dela, estão cineastas norte-americanos, como Spielberg, que sempre teve o lucro como sua maior fonte de inspiração. Não esqueçamos que os judeus (não enquanto raça, mas como grupo político) sempre foram e continuam sendo os maiores defensores e mantenedores do sistema capitalista e da política imperialista dos EUA e de Israel.

Cláudio M.S. Gonzalez
Bauru - SP

Socorro

Nosso jornal tem melhorado sensivelmente nas informações que circulam em âmbito nacional, ajudando aos comunistas, democratas, dirigentes sindicais e de entidades populares no trabalho do dia-a-dia. Conclamo a todos os leitores d' "A Classe" a intensificar ajuda ao jornal neste momento em que houve o roubo dos equipamentos. Não deixemos a imprensa alternativa calar-se, é preciso fazer um sacrifício para repor as coisas roubadas.

Newton Tiburcio
Ipatinga - MG

À deriva

Aqui na Transamazônica as coisas vão de mal a pior. A rodovia está intransitável entre Marabá e Itaituba. Estão praticamente isolados os lugarejos de Maracajás, Pacajás, Bom Jardim e Anapu, entre Marabá e Altamira. Para piorar, os três monstros emasculadores e assassinos de menores podem estar soltos nos próximos dias. Se Jarbas Passarinho for eleito governador isso pode acontecer, porque o PPR está dominando a política aqui. Prefeito, vice e presidente da Câmara são desse partido. Para os que defendem os direitos das crianças só resta uma esperança: clamar por proteção e justiça às autoridades federais.

Ermano Oliveira
Altamira - PA

Secundaristas

No dia 16 de abril foi realizado o 2 Congresso da Associação dos Estudantes Secundaristas de Cajazeiras. Durante a preparação participaram cerca de 400 estudantes de 13 escolas do município e de oito escolas de cidades vizinhas. O congresso foi importante para a organização do movimento estudantil no Estado da Paraíba e para a União da Juventude Socialista paraibana.

Oswaldo Ferreira Moesia
Cajazeiras - PB



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo 15 linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - CEP 01318-020 - São Paulo-SP. Ou pelo fax (011) 36.0412

Defesa da democracia é um dos eixos da luta

José Reinaldo Carvalho
do Comitê Central do PCdoB

A cada elevação da temperatura da crise política e institucional no país, surgem vozes espectrais alardeando o fechamento do Congresso, a intervenção no Judiciário e o estabelecimento de um "governo forte". Confrontadas com um quadro de disputa eleitoral em que é visível a possibilidade de vitória dos setores progressistas, as forças conservadoras maquinam leis antidemocráticas a fim de restringir o raio de ação dos partidos de extração popular, nomeadamente o PCdoB, e impedir seu crescimento. A Lei Eleitoral que regerá o pleito de 3 de outubro é uma monstruosa aberração, um claro atentado à liberdade de organização e à representatividade popular. Com o pensamento estratégico voltado para a constituição de uma maioria reacionária no Congresso e deter o monopólio do poder político, as elites dirigentes insistem na instituição do voto distrital ou distrital misto.

Agora, sob o pretexto de investigar a conexão entre o jogo do bicho e o narcotráfico e estabelecer ligação entre a contravenção e o mundo político, setores da direita propõem a intervenção federal no Rio de Janeiro e o envolvimento das Forças Armadas no combate ao crime.

A DEMOCRACIA
PRECISA SER
RESPEITADA,
AMPLIADA E
APERFEIÇOADA

Artificialmente aureoladas pelo bomocismo, as classes dominantes brasileiras, irremissivelmente corrompidas, disfarçam-se sob o manto hipócrita do denunciamento, para criar um clima que propicie "zerar tudo", forma oblíqua de golpear a vida democrática.

Tudo isso soa como sinal de alarme da consciência democrática e adverte as forças progressistas para a defesa da democracia, a lutar pelo aprofundamento e ampliação das liberdades e a combater qualquer tentativa, parta de onde partir, de impor no país a ditadura ou qualquer outra forma de regime autoritário.

Afirma o documento da direção partidária. É importante salientar que num quadro de polarização, muitas turbulências podem ocorrer até outubro, não se podendo assegurar que a própria disputa eleitoral esteja imune a manobras e ameaças antidemocráticas. Por isso, é muito oportuna a formulação do documento do Comitê Central do PCdoB, diante a crise entre os poderes, houve ameaças golpistas: "A grave crise por que passa o país não comporta nenhuma solução que não seja a realização de eleições livres, no prazo já fixado, para presidente da República, governadores e para a renovação do Congresso Nacional, com a prévia garantia da posse dos eleitos, sejam quem for."

A par da luta pelo progresso social e pela soberania nacional, o combate pela democracia, por seu aprofundamento e ampliação deve estar no centro da campanha eleitoral da frente unida das forças democráticas, populares e nacionalistas. Mesmo por que, as classes dominantes brasileiras, reacionárias em toda a linha, associadas ao imperialismo, sabem que num ambiente de liberdade e democracia, o povo brasileiro não permitirá a entrega do país nem a aplicação do plano neoliberal.

Editorial

O fantasma de mais um fracasso

Os meios políticos se agitaram com a constatação pública do relator da revisão constitucional, Nelson Jobim, de que a revisão estava inviabilizada devido ao curto prazo até 31 de maio, com a previsão de apenas 17 sessões, sendo que o Congresso terá de analisar 22 medidas provisórias e outros 11 processos de cassação de parlamentares acusados pela CPI do Orçamento.

O impasse tornou-se maior diante da intransigência do PFL e do PPR não abrir mão de discutir e votar a Ordem Econômica, inviabilizando até o momento um acordo entre os líderes dos partidos para prosseguir a revisão quanto a questões secundárias ou suspender seus trabalhos.

O ministro Ricupero saiu a público em defesa da revisão e intensificou articulações até agora infrutíferas para estabelecer uma agenda mínima que permitisse a votação de temas como a reforma tributária e o sistema previdenciário. Os renitentes defensores da revisão, como a Fiesp, prestaram apoio ao ministro da Fazenda no sentido de "dar uma virada" e evitar o enterro do Congresso Revisor. O presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, chegou a afirmar que "já vi muita gente ressuscitar depois da extrema-unção" e

acrescentou "os empresários não aceitam morte com aviso prévio" e que "os empresários continuam mobilizados a favor da revisão".

O candidato Fernando Henrique Cardoso também ergueu a voz em defesa do prosseguimento da revisão. Ele sempre afirmou que dela dependia o êxito de seu plano econômico. E sabe que se o plano não emplacar, seu projeto maior que é ser presidente da República, também estará comprometido. O primeiro sinal de desaprovação ao plano já veio das ruas com o crescente número de greves de trabalhadores. Se a revisão afundar, poderá levar junto o Plano FHC2 e a candidatura neoliberal de Cardoso.

É esse fantasma de mais um fracasso na tentativa de implantar o projeto neoliberal no Brasil que leva os conservadores a manobrar e unir suas vozes para reanimar o combalido corpo da revisão.

Por sua vez, os progressistas e o povo brasileiro em geral torcem para que no funeral da revisão e de seus propósitos atlantatórios à soberania nacional e aos interesses sociais do povo trabalhador, ocorra o mais rápido possível. Consolidada essa tendência, estará selada uma grande vitória popular.

O ocaso da revisão

Haroldo Lima
Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

A revisão constitucional não andou, arrasta-se desde outubro. Não era uma necessidade nacional, mas uma imposição de grupo. Não pretendia levar o Brasil um passo à frente, mas conduzi-lo dois passos atrás. Em seu horizonte não se divizava a nação fortalecida, mas a soberania estiolada. Suas sessões não eram abertas, mas inacessíveis ao povo que as não podia acompanhar. A mais demorada obstrução que já foi feita no Congresso, pelo menos desde há 30 anos, levou-a à paralisia crescente. Agora, tudo indica, seu fim é inevitável.

O relator Nelson Jobim apresentou no final da tarde de 14 passado, uma proposta que prevê, para o futuro, mecanismos de reformas na Constituição. A proposta tem aspectos discutíveis, mas será vinculada

ao fim imediato da revisão. Só este fato acentua sua importância e oportunidade. Não diminuiu o quórum de decisão para alterações constitucionais, hoje fixado em 3/5 do número de parlamentares. E propõe uma consulta

popular para as alterações feitas na Carta Magna. Segundo o relator, a proposta aprovada, seria seguida imediatamente da suspensão dos trabalhos da revisão.

O PCdoB, em articulação com os demais partidos chamados de "contras", admitiu, de logo, ser essa uma proposta capaz de fazer avançar a discussão. E encerrar a revisão.

A Constituição não deve ser, em nossa opinião, um documento imutável, que não possa abrigar, nunca, alterações. Não é um documento perene e intocável. Se agora o PCdoB se rebelou contra a revisão pretendida é porque essa revisão era um golpe reacionário, contra interesses nacionais e democráticos, ilegal e autoritário. Prever, legalmente, a possibilidade de mudanças na Constituição, em circunstâncias determinadas e, ainda mais, preservando-se conquistas, é positivo, sobretudo na ótica de um partido que luta por transformações profundas, como o PCdoB.

No momento em que escrevemos, o final da revisão parece prestes a acontecer. Mas ainda não se deu. E, como toda luta intrincada, ainda pairam riscos. De qualquer forma, enquanto se revezam na tribuna os líderes dos partidos conservadores e de direita, lamentando o fim da revisão, nós, ao contrário, em nome do PCdoB, juntamente com os líderes dos demais partidos dos "contras", estamos vendo, com sabor de vitória popular, o encerramento da revisão dos trabalhos.

PARA O PCdoB
O FIM DA
REVISÃO
SERÁ GRANDE
VITÓRIA



CRÔNICA DE Brasília

Canoa furada

Luiz Aparecido

É assim que se pode chamar a candidatura de Fernando Lero Cardoso à Presidência da República. Saudada como a salvação da direita brasileira contra a candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva e congregando o que sempre houve e existe de pior na política nacional, FHC começou a sentir na semana passada em Brasília que seu passado não será como imaginou a princípio. É como sempre disse aqui: fizeram as alianças mais espúrias, um plano econômico que objetiva perpetuar a voracidade selvagem dos grandes capitalistas e das multinacionais e empobrecer o povo, mas esqueceram-se do principal: de que há gente decente neste país.

Agora, depois do circo montado, dentro do próprio partido do homem, o PSDB, as dissidências estão surgindo e atingindo seus próprios aliados, que já não se entendem ao armar as coligações regionais. Pois é, fizeram tudo mas não avisaram ao povo nem à realidade política. Juntar PSDB, PFL, PTB e PP parece fácil para quem esqueceu a coerência e mandou que se esquecesse tudo que havia escrito ou formulado ao longo dos anos, mas quando se sabe que o povo tem que votar nisso, as coisas esquentam. Num palanque desses pouca gente vota.

Dissidências. Bahia, Santa Catarina, Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná, por onde passa a caravana direitista e entreguista de Fernando Lero, as dissidências vão abrindo. Tanto no PSDB como no PP, PTB e até no PFL. Aquilo que parecia o mais fácil, vai-se transformando no mais difícil, que é levar Fernando Lero para o segundo turno. Já tem muita gente achando que quem pode ir enfrentar o Lula no segundo turno é Quéricia e não FHC. Se o calabrés fizer acordo com o PDT de Brizola, então, Fernando Lero já é carta fora do baralho. Ai, o barco afunda de vez.

Há duas semanas, o deputado tucano Aparício Carvalho armou uma festa de confraternização em seu apartamento em Brasília para justificar, na verdade, uma avaliação das articulações e dos acordos que FHC anda fazendo por aí. Compareceram muitos deputados e a coisa acabou em bate-boca comandado pelo deputado paulista Tuga Angelami, que quase foi às vias de fato com o também deputado José Anibal. Tuga era contra

as coligações à direita e Anibal defende qualquer acordo que possa fazer o tucano mor voar.

Se entre os deputados, a maioria encantados com o canto de cisne do tucano, a coisa chegou a esse nível, imaginem nos estados onde a coisa está pegando. Na Bahia, o candidato a governador do PSDB, Jutahy Magalhães Junior, o ex-governador Waldyr Pires e a prefeita de Salvador, Lídice da Mata, já ameaçam abandonar o barco tucano e embarcar na segura canoa de Lula. Afinal é lá que Fernandinho Lero foi buscar seu provável vice, Luiz Eduardo Magalhães, nada menos que o filho de satã ACM, o inimigo número um das esquerdas baianas. Esquerdas só não, dos democratas e do povo baiano.

Só dinheiro. Se apenas banqueiros, grandes empresários, executivos de multinacionais e doutores em Pinceton e Sorbonne votassem, Fernandinho Lero estaria eleito. Mas como uma candidatura passa por políticos, partidos e principalmente pelo povo, deve colocar as barbas de molho quem apostou no homem URV. Com esses cabos eleitorais, mais a ajuda providencial de Itamar Franco e sua briosa equipe, não há candidatura que resista.

Nesse quadro, Lula só cresce. A maioria das dissidências que surgem vão-se alinhando inexoravelmente com a candidatura popular. Isso se repete da Bahia ao Rio Grande do Norte e até no Sul do país. E caso os PTs regionais diminuam seu sectarismo, essa tendência de adesão pode aumentar e fazer do nosso riacho que nasceu da vontade do povo um imenso oceano. Ai então o sertão vai virar mar.

Jobim sai do tom. Eu bem que avisei, esse Nelson Jobim não é flor que se cheire e nem música que se toque ou cante. Pois é, seu escritório de advocacia, aquele mesmo que atende aos grandes empresários nacionais e estrangeiros e os banqueiros, é o que faz a defesa do anão-chefe da máfia do Orçamento, Genebaldo Correia, e, quem sabe, outros. E ele, o relator todo-poderoso da revisão constitucional, ainda teve o desplante e cara-de-pau de ir ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados fazer a defesa oral do finalmente cassado ex-deputado Carlos Benevides. Foi um auê geral. Que constrangimento o vestal Nelson Jobim defendendo um ladrão do dinheiro público. E por causa de sua defesa ele quase consegue salvar o anãozinho da cassação. Perdeu por apenas um voto.

Por isso, prefiro o Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, o Tom.

Golpe contra o povo

▼A semana que lembrou o 21 de abril e o assassinato de Tiradentes serviu como pano de fundo simbólico para a morte anunciada da revisão constitucional

Luiz Aparecido

Esse golpe que os megaempresários, multinacionais, banqueiros e latifundiários queriam perpetrar contra o povo e o Estado brasileiro, o natimorto que surgiu no dia 6 de outubro de 1993, forado pelas forças reacionárias e entreguistas, completa mais de seis meses de ação sem que empolgasse a nação e unificasse sequer os que defendiam mudanças na Constituição.

Desde a instalação até agora, o Congresso Revisor aprovou apenas quatro emendas, duas delas em segundo turno. Para as 17 mil emendas apresentadas, outras 12 mil propostas tinham o objetivo de alterá-las. O relator Nelson Jobim chegou a apreciar 15 mil delas e apresentou 47 pareceres. Destes, apenas 15 foram votados, 11 rejeitados pelo plenário. Aliás, o que já se previa era isso, a rejeição dos pareceres do revisor, que dirigiu os trabalhos com mãos-de-ferro, ancorado por um regimento feito pelo chefe da máfia do Orçamento, deputado Ibsen Pinheiro.

O fracasso dessa revisão constitucional, além da ação dos "contras", PCdoB, PT, PDT, PSB, PV, PSTU e depois PTB e PL, deveu-se em grande

parte ao regimento interno, excessivamente concentrador de poderes nas mãos do relator e à própria figura do deputado Nelson Jobim. Antes dessa tarefa, o escritório de advocacia dele em Brasília defendia os interesses de corporações empresariais do porte da Fiesp e da Confederação Nacional da Indústria, Confederação dos bancos e grandes empresas multinacionais, todos interessados em transferir os monopólios estatais para o controle de empresas privadas.

Suspeição. Essa situação do relator foi alvo até mesmo de uma ação protagonizada pelos deputados Haroldo Lima (PCdoB-BA) e Paulo Ramos (PDT-RJ) e assinada por outros 42 parlamentares, colocando-o sob suspeição para dirigir os trabalhos revisionais. A mesa diretora do Congresso Revisor não tomou providências, mas marcou fundo no conjunto dos parlamentares sua ação de concentrar excessivamente e direcionar os trabalhos e insistentemente se colocar a serviço dos grandes empresários e banqueiros. Ainda por cima, nas últimas semanas, descobriu-se que o escritório de Jobim fazia a defesa do anão Genebaldo Correia, que renunciou antes de ser cassado por sua participação na Máfia do Orçamento, e a defesa oral que fez na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do ex-deputado (agora cassado) Carlos Benevides, quase salvando-o da cassação. Com um relator desses e mais a presidência dos trabalhos nas mãos do senador Humberto Lucena, confuso e vacilante, e a falta de quórum constante por causa dos gazeteiros e pelos desinte-

ressados na revisão, fez com que em seis meses fossem aprovados apenas as emendas que: permite a dupla nacionalidade e a que inclui a probidade administrativa e a moralidade para qualquer cidadão poder ser candidato a cargo eletivo e pro fim a que permite que o Congresso convoque ministros e dirigentes de órgãos públicos para prestar esclarecimentos, além é claro do tal Fundo Social de Emergência (FSE). Duas outras emendas aprovadas precisam ainda do crivo do segundo turno para serem efetivadas: a que reduz o mandato presidencial de cinco para quatro anos e a que permite a continuidade do processo de cassação contra parlamentares mesmo após a renúncia. Dos pareceres que devem, ou deveriam, ser apreciados pelo plenário, 12 abordam temas políticos, sete questões jurídicas e do Judiciário e oito sobre a ordem econômica. E é sobre oito que a revisão se debate in extremis.

O nó da questão. Na semana de Tiradentes, o que mais se discutiu entre os líderes revisionistas foi uma pauta mínima que pudesse salvar a revisão. O PFL de ACM e o PPR de Maluf não abriram mão de incluir a ordem econômica e social como principais pontos da pauta mínima, enquanto PMDB e PSDB, mais PP e PTB, insistiam na reforma fiscal e previdenciária, conforme desejo tênue manifestado pelo governo. Essa discussão foi de segunda a quarta-feira à noite e não se chegou à conclusão nenhuma, decretando na prática o fim da revisão constitucional.

Marcelino Machado, deputado líder dos malufistas



PCdoB presente nas manifestações contra a revisão

e a nação pode ter fim melancólico

na Câmara, e Luiz Eduardo Magalhães, líder do PFL, insistem que não há acordo sem a inclusão da ordem econômica nessa pauta mínima e, radicalizando, afirmam preferir o fim da revisão a abrir mão de seus pleitos. O que querem é o fim do monopólio da Petrobrás e Telebrás e reduzir as conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988. A questão da governabilidade do futuro, tão defendida pelos revisionistas, sequer foi analisada ainda pelo plenário ou recebeu pareceres do relator. As reformas fiscal e previdenciária só entram na discussão como discurso, pois o que querem mesmo é entregar o país à sanha do capital monopolista nacional e das multinacionais e banqueiros.

Sem acordo possível, passa-se mais uma semana acalentando um sonho impossível de se realizar. Faltam apenas 14 sessões do Congresso Revisor e é inviável votar qualquer ponto que não seja fruto de consenso até mesmo entre os "contras". Tarcisio Delgado, líder do PMDB, dizia desanimado na manhã de terça-feira, após mais uma rodada de negociações, que não acreditava mais em acordo devido a intransigência do PFL e do PPR.

Entre sorrisos e lágrimas. Enquanto o cadáver insepulto da revisão constitucional assombra o plenário, corredores e gabinetes do Congresso Nacional, buscam-se responsáveis e culpados pelo fracasso do golpe revisional.

O lamento mais profundo ouvido foi do líder do PFL, Luiz Eduardo Magalhães: "É



As manifestações chegaram ao Congresso e contribuíram para o fracasso da revisão

duro ter que admitir que a minoria conseguiu impedir a maioria de exercer a sua vontade". O relator jogava farpas no Executivo dizendo que "o governo Itamar nunca tomou posição sobre coisa nenhuma aqui". Já o líder do PPR, Marcelino Romano Machado, nervoso afirmava que "não vamos votar perfumarias como reformas políticas e deixar de votar o que interessa". Ou seja, o fim dos monopólios e das conquistas sociais.

Mas foi Tarcisio Delgado que talvez tenha dito a coisa mais consistente de todos para explicar o fim melancólico do golpe revisional: "Os algozes foram os que instalaram a revisão sem disposição para fazê-la". Adylson Motta, o

deputado gaúcho do PPR que conduziu a maioria das sessões do Congresso Revisor, acabou por culpar o partido mais governista, que é o PSDB, pelos tropeços ocorridos até aqui. "Não entendo o desinteresse do PSDB com a revisão. O ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique, que deveria ser o mais interessado, sequer aparece por aqui e o sucesso de seu plano econômico depende da revisão. Caberia ao PSDB e ao ex-ministro lutar para salvar o que ainda resta da revisão".

Já o ex-presidente e senador José Sarney dizia entre seus pares no salão azul do Senado que "não é possível reformar uma Constituição num período eleitoral". Mas o que pode ter impedido mesmo

a revisão, como Ibsen Pinheiro, Genebaldo Correia e Ricardo Fiúza, a ação dos "contras" e a incansável militância do movimento sindical e popular contra o golpe revisional e a ação, ou não ação, dos gazeteiros, que impediam o quórum das votações na maioria das sessões.

Contudo, vozes poderosas não querem admitir o fracasso revisionista e persistem na busca de manobras que possam levar adiante esse projeto nocivo aos interesses nacionais.

O que invabilizou. Primeiro, sabia-se a quem ela realmente interessava, ou seja, aos grandes empresários nacionais e internacionais, dispostos a acabar com os monopólios públicos e transferi-los para o setor privado, e os banqueiros, também dispostos a abocanhar o setor produtivo em poder do Estado. Em torno dessa proposta se juntaram PFL, PPR, PP, PSDB e setores do PMDB, sempre sob o comando de Jorge Gerdau, o coordenador da Ação Empresarial, que reúne os maiores empresários nacionais, os banqueiros e executivos de multinacionais.

O comando da revisão desde sua gestação era para ficar nas mãos dos deputados Ibsen Pinheiro, Genebaldo Correia e Ricardo Fiúza. Aliás, é de Ibsen Pinheiro o esboço final do regimento interno da revisão. Mas ele começou exatamente na época em que se instalou a CPI da Máfia do Congresso e as primeiras calças de couro foram exatamente a dos três deputados que comandariam

o golpe. A partir daí o Congresso ficou sob suspeição, o que na verdade continua até hoje, pois sempre que acaba um escândalo envolvendo parlamentares, começa outro, numa ciranda que parece não ter fim.

Os setores organizados da sociedade que se colocaram desde o início contra a revisão intensificaram seus protestos após as denúncias da CPI da Corrupção. O movimento sindical, a OAB, ABI, CNBB, UNE, enfim, onde havia organização popular, havia um movimento contra a revisão constitucional. Os partidos progressistas, capitaneados pelo PCdoB, mais o PT, PSB, PDT, PV e PSTU, desde o início utilizaram a tática de obstruir os trabalhos e procurar a ressonância da sociedade organizada para neutralizar a ação dos empresários de Gerdau, Fiesp e Febraban.

Por fim, havia um nítido desinteresse ou falta de articulação do governo, que só se empenhou para aprovar o FSE e depois deixou seus aliados e os empresários entregues a seu próprio destino. Os gazeteiros, por sua vez, deram sua contribuição ao esvaziamento. Aqueles que se diziam a favor da revisão, mas nunca apareciam para votar. Os "contras", obstruíram os trabalhos, mas estiveram sempre presentes em plenário, até mesmo para fazer valer a obstrução. Mas os gazeteiros não declararam apoio ao golpe revisional, mas sumiram na hora de votar.

Comunistas na vanguarda dos "contras"

Várias semanas depois de começada a revisão constitucional, aprovado o regimento e os revisionistas na maior empolgação, chega a Brasília um grupo de microempresários, capitaneados por Benito Paret, da Flupeme, do Rio de Janeiro. Numa reunião com o então líder do PCdoB, deputado Aldo Rebelo, eles manifestavam preocupação com as mudanças que poderiam ocorrer na revisão e que resultariam em prejuízos para seus pleitos.

Aldo Rebelo, com seu jeito calmo e seguro, tranquilizou os empresários: "Essa revisão é natimorta, não

apostem no futuro dela e muito menos em algo que poderá prejudicá-los". Os empresários saíram céticos, mas a vida provou que Aldo tinha razão.

As articulações da bancada do PCdoB entre os partidos que se formavam contra a revisão revelou-se de uma utilidade ímpar para apressar o fim do malfadado golpe contra a Constituição. Deu força aos vacilantes e segurou os que em determinado momento se sentiam derrotados. Contribuiu ainda para que vários setores da sociedade organizada se manifestassem e apoiassem a ação dos "contras".

Em plenário, a ação de Sérgio Miranda, Socorro Gomes, Renildo Calheiros, Jandira Feghali, Aldo Rebelo e Haroldo Lima, juntamente com Edson Silva, quando esteve no mandato, foi fundamental aos trabalhos de unidade do grupo anti-revisão e de obstrução das sessões revisoras. Nas últimas semanas, a atuação de Haroldo Lima como líder, fazendo tabelinha com Eduardo Jorge, do PT paulista, e outros parlamentares como o senador Josafah Marinho, do PFL baiano, era digna de uma performance admirável no sentido de enterrar o cadáver insepulto da revisão.

BANCADA Comunista

Aldo beneficia enfermeiros

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou dois projetos de lei que beneficiam enfermeiros, atendentes e auxiliares de enfermagem de todo o país. O relator dos projetos foi o deputado Aldo Rebelo, vice-líder do PCdoB. Entre os benefícios dos projetos destacam-se a fixação de piso salarial de enfermeiros em valor igual a 15 salários reajustados pelos índices do INPC; adicional de insalubridade correspondente a 40% do

piso para jornada de 6 horas diárias de trabalho e 30 horas semanais; remuneração de horas extras com acréscimo de 100%, além de outras regulamentações sobre condições de trabalho dos profissionais da área. Aldo apresentou algumas emendas aos projetos originais para impedir que fosse levantada a inconstitucionalidade das propostas e para não restringir o campo de atuação dos profissionais. Os projetos vão para votação no Senado federal.

Cassação da prefeita

O vereador João Bosco (PCdoB) luta há várias semanas contra a tentativa de um grupo de vereadores de São José dos Campos (SP) de cassar o mandato da prefeita Angela Guadagnin (PT). Numa sessão tumultuada na Câmara Municipal dia 15 de março esses vereadores tentaram forjar um processo de cassação. A população se mobilizou, com apoio do PCdoB, PT e PSB, sindicatos e entidades da sociedade civil. Milhares de pessoas foram impedidas pela polícia de entrar na Câmara, o que causou violência. A polícia jogou bombas de gás lacrimogêneo e usou cassetetes para reprimir a manifestação. O presidente da Câmara resolveu começar o processo de cassação, embora não tivesse os 14 votos necessários. Há poucos dias o advogado Márcio Thomas Bastos, defensor da prefeita, conseguiu liminar na 1ª Vara Cível de São José que suspende o processo até a apreciação do mérito da ação. Foi uma primeira vitória, mas, como diz Bosco, a pressão dos conservadores continua e só vai ser varrida pela mobilização popular.

Pune empresas

A Assembléia Legislativa da Paraíba aprovou projeto de lei do deputado estadual Simão Almeida (PCdoB) estabelecendo punição para empresas que pagam salários diferenciados às mulheres que exerçam as mesmas funções que os homens. O projeto aguarda sanção do governador. Simão justifica a idéia pelo fato de que a mulher trabalhadora, embora desempenhe as mesmas funções, na maioria dos casos recebe menos que o homem, o que caracteriza discriminação. Simão também é autor da lei que pune empresas que exijam comprovante de esterilização, testes de gravidez, que façam revistas íntimas ou tentem obter vantagem sexual

da mulher para admiti-la ou mantê-la no emprego.

PCdoB aos 72

A Câmara Municipal de Manaus aprovou requerimento da vereadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) cumprimentando o partido pelo 72º aniversário. Diz o documento: "Em 25 de março de 1992 fundou-se o Partido Comunista do Brasil em congresso histórico. A classe operária e os trabalhadores conscientes passaram a contar desde então com seu destacamento de vanguarda na luta pelo socialismo".

A Câmara Municipal de Crateús (CE) também aprovou cumprimentos ao PCdoB, assinada por todos os vereadores. Diz um trecho que o partido "prepara-se para participar das eleições de outubro, procurando ampliar a bancada parlamentar e buscando assegurar a vitória de uma alternativa progressista para a Presidência da República. Instiga a inteligência e audácia dos trabalhadores e intelectuais avançados."

Também a Câmara de Barra do Garças (MT) aprovou moção do vereador Zózimo Chaparral (PCdoB) felicitando o partido pelo aniversário e lembrando que "hoje o PCdoB se desdobra nos quatro cantos do país para denunciar a farsa em torno da revisão constitucional".

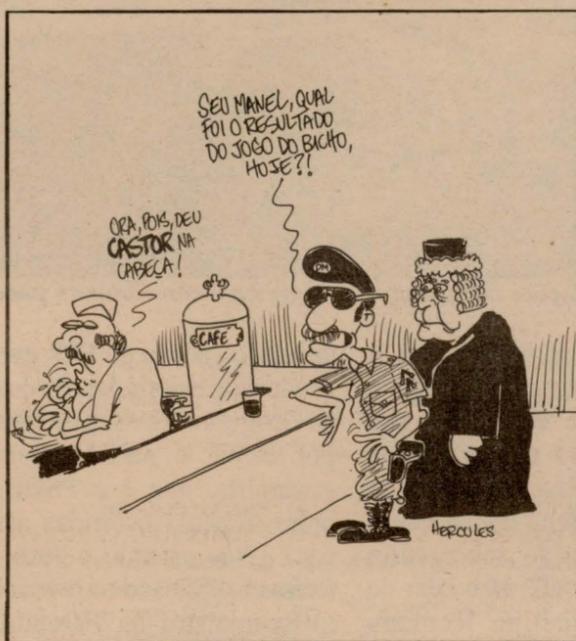
Liberdade para Lâmia

A Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou requerimento do deputado Eron Bezerra (PCdoB) solicitando ao Ministério das Relações Exteriores que se empenhe nas negociações pela libertação da brasileira Lâmia Maruf Hasan, presa há vários anos em Israel, acusada de práticas terroristas. A Assembléia também aprovou manifestação de repúdio, sugerida por Eron, ao massacre na mesquita de Hebron, na Cisjordânia.

Deu zebra. Ou foi castor?

▼ A contravenção mais consentida do Brasil proporcionou mais um escândalo. Os milhões de dólares do Jogo do Bicho e suas possíveis ligações com o narcotráfico têm endereço certo, além dos bancos na Suíça: corromper os ocupantes das já combatidas instituições

Guimar Prates



Qual a diferença entre as loterias oficiais e o Jogo do Bicho? Do ponto de vista dos apostadores muito pouca. Do ponto de vista do Estado existe a sonegação fiscal de milhões conseguidos com os pobres que, muitas vezes, ficam com a barriga vazia para apostar na esperança de enriquecer, já que no Brasil e em qualquer país capitalista, trabalho nem sempre dá de comer, muito menos deixa alguém rico.

Em uma semana de análise dos documentos apreendidos, a Polícia Federal descobriu que o esquema de PC Farias não era único. Os bicheiros também movimentavam contas-fantasma, têm CPFs duplos e utilizam empresas de fachada para a lavagem do dinheiro da contravenção. Os documentos analisados até agora envolvem 82 pessoas e 42 empresas. Além disso, há a suspeita de uma ligação estreita com o narcotráfico. Milhões foram doados para policiais, políticos e juízes. Collor e Maluf, além de um regimento inteiro da Polícia Militar carioca, entre outros, estão nas listas dos beneficiários da corrupção dos bicheiros.

Relações perigosas. As relações oficiosas entre os bicheiros, principalmente do Rio de Janeiro e autoridades dos mais altos escalões são conhecidas por qualquer pessoa razoavelmente informada. O carnaval carioca é um momento em que essas relações perigosas podem ser visualizadas. Políticos na posse de cargos executivos e legislativos, artistas, socialites e atletas ou qualquer um que tenha seu nome nas colunas sociais, disputam a tampa um convite para os camarotes patrocinados pelos bicheiros. Neste ano, apesar de cantar a vitória antecipada, a escola de samba Mangueira ficou em 11º lugar. Dizem que foi o castigo por ter conseguido patrocínio fora dos cofres dos bicheiros.

Mas por que só agora vem à tona um problema que existe há muito tempo? Ou-

tra questão que intriga foi a facilidade com que o Procurador Geral da Justiça do Rio, Antonio Carlos Biscaia, chegou às listas que envolvem políticos e policiais. Parece até que foi de propósito. Ora, se uma atividade é clandestina, os livros contábeis dos contraventores não precisariam colocar nomes verdadeiros, a menos que tivessem interesse em divulgar esses nomes. Coisa do tipo: se eu cair, você cai junto.

Segundo Biscaia, foi mais ou menos o que aconteceu. "Os bicheiros pagavam para que setores da polícia permitissem essa atuação criminosa. Eu não quero dizer que haja comprometimento político com essas atividades, mas houve doações de campanha para que ficassem seguros de que não haveria repressão. Houve doações e elas foram aceitas. Mas não descarto a possibilidade de que alguns não receberam as doações e até desconhecem que elas estavam sendo apanhadas por correligionários. A cúpula da contravenção convinha colocar os nomes dos políticos, até para comprometer-los", afirmou em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*. Mesmo com essa ressalva, o tratamento que a imprensa tem dado ao assunto é de julgar, à priori, as pessoas que estão na lista. Obviamente, a Rede Globo não falou que o vice-presidente dessa organização, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, mais conhecido como Boni, também está na lista. Deu pouca importância também ao nome de Betinho, o quase-santo da campanha contra a fome. Aliás, Betinho, depois de sua entrevista no programa Jô Soares, onde admitiu ter recebido dinheiro destinado a um centro de combate à Aids, quase foi canonizado. Teve festa de desagravo e tudo mais. No entanto, a Globo garantiu destaque aos deputados do PDT e ao governador Nilo Batista, que também estão na lista.

Moreira Franco, quando governador do Rio de Janeiro, recebeu a cúpula do bicho no Palácio da Guanabara, o que demonstra que o esforço dos bicheiros para manterem relações importantes não é recente.

O Procurador Antonio Biscaia acredita que existe uma ligação entre o Jogo do Bicho e o tráfico de drogas. Remessas de dinheiro para a cidade de Cali, na Colômbia, reforçam a convicção de Biscaia, preocupado e trabalhando para provar tal ligação. Essa justa preocupação do Procurador, no entanto, não pode deixar margem para conclusões apressadas nem para soluções inconsequentes. Um exemplo: o jornal italiano *La Repubblica*, depois de apresentar uma reportagem sobre o caso, foi atrás da opinião do Departamento de Estado norte-americano, que "confirmou que há fortes indícios de uma zoomáfia, ou seja, uma ligação do jogo do bicho com o tráfico". E o que é mesmo que os americanos tem a ver com isso? Que mais esse escândalo não sirva de desculpa para uma intervenção ou alguma tentativa de interferência nos assuntos internos do Brasil, como aconteceu no Panamá.

O novo escândalo mostra o quanto esse sistema está apodrecido. Suas instituições estão corrompidas e precisam ser substituídas por outras, de um sistema superior. Traz mais confusão para o quadro político brasileiro a apenas seis meses da eleição para presidente, governadores e deputados federais e estaduais. Mas não pode servir de pretexto para ataques à democracia. Precisa ser apurado de forma consequente. Mesmo que seja difícil acreditar na punição de corruptos e corruptores, é a única defesa que podem fazer os que nada tem a ver com o dinheiro sujo da contravenção, do tráfico ou dos empresários que compram votos no Parlamento.

URV gera onda de greves

▼ Ao contrário do que previa o governo, a URV gerou descontentamento entre os trabalhadores, mesmo depois de recebido o salário de março, já reajustado diariamente pelo novo índice

Sueli Scutti

Quando lançou o plano econômico, o ex-ministro Fernando Henrique Cardoso dizia que as desconfianças se acabariam assim que os trabalhadores recebessem o primeiro holerite com reajuste pela URV. Engano retumbante. A inflação passou de 47% em março com previsão de se manter nesse nível em abril, os preços dispararam nas lojas, supermercados e farmácias, e o desemprego aumentou em todos os setores econômicos.

Sem nenhuma alegria com as medidas do plano, os trabalhadores começaram a reagir ainda em março, quando as centrais sindicais fizeram paralisações em vários estados, passeatas em Brasília e manifestações pelas ruas das grandes cidades. A partir daí outras greves pipocaram em efeito dominó. Em todos os movimentos a reivindicação é que sejam repostas as perdas salariais na conversão para a URV, perdas que o governo não reconhece.

Greves vitoriosas. A maior parte das greves ocorre no ABC paulista, com destaque para metalúrgicos e borracheiros. Os metalúrgicos reivindicam também redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e contratação de novos empregados. Os 3.200 funcionários pararam a Scania, que produz 30 caminhões por dia, e voltaram ao trabalho dia 18 de abril ao aceitarem a reposição de 19% oferecida pela empresa. Na Mercedes Benz, os trabalhadores pararam o setor de produção de motores, o que afeta toda a linha



Assembléia dos carteiros de São Paulo decide pela greve

de montagem final da empresa. A Mercedes deixa de produzir 160 veículos diários, entre caminhões e ônibus, e 750 motores.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, lembrou que em 1993 a produção das montadoras de veículos cresceu 30% em relação a 1992, mas o nível de emprego cresceu apenas 1%. Este ano elas pretendem montar 1,5 milhão de automóveis. "Só os trabalhadores não tiveram ganhos", diz ele.

A greve no ABC atingiu também a Black & Decker, Brastemp e Panex. Além de 20 empresas dos setores eletroeletrônico e de máquinas que empregam 10 mil pessoas. Todas querem reajuste de 19%, o mesmo índice ofereci-

do pelas montadoras.

Ainda no ABC, os trabalhadores da General Motors conseguiram reposição salarial das perdas dos planos Bresser e Verão. Para quem já estava na empresa antes de 1989, a GM vai pagar 600 URVs de diferença.

4.200 metalúrgicos pararam em 14 empresas da região de Ribeirão Preto. Eles têm data-base em 1º de abril e querem reposição de 27% em URV, aumento real de 10%, piso salarial de 300 URVs, adicional noturno de 50% e jornada de 40 horas semanais. Cinco empresas fecharam acordos de reposição de perdas em torno de 18% e garantiram adicional noturno. A maior empresa, Dedini-Zanini, tem 1.200 empregados e está parada desde 11 de abril. Em

Sertãozinho, os empresários calculam que em sete dias de greve na região o prejuízo passa de US\$ 3 milhões. Em Campinas, cinco empresas dos setores de máquinas, eletroeletrônicos e metalurgia estão paradas, entre elas a Singer, fabricante de máquinas de costura, com 3.600 funcionários, e a Dako, fabricante de fogões, com 1.200 empregados.

No Vale do Paraíba paulista pararam a Villares de Pindamonhangaba e a Mafersa de Caçapava. Na audiência de conciliação da Villares ficou decidido que os 1.800 trabalhadores podem permanecer no interior da empresa e a greve continua. A Mafersa já retornou ao trabalho.

Três fábricas metalúrgicas pararam em Salvador e os trabalhadores conseguiram reposição das perdas do plano.

Os borracheiros, que têm data-base em 1º de junho, pararam a Pirelli, Firestone e Goodyear no ABC. As greves foram julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho. No total são 11 mil trabalhadores que aceitaram a proposta patronal de reajuste de 10% em abril e 5% em maio. A Firestone demitiu 150 pessoas em virtude da greve mas reviu as dispensas por pressão do sindicato. "A reversão das demissões foi uma vitória. Queremos que todos os demitidos tenham sua situação resolvida", disse Ademir Chifarelli, presidente do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo.

O setor de artefatos de borrachas congrega 750 empresas e 22 mil trabalhadores na Grande São Paulo e tenta o mesmo acordo que o setor de pneumáticos. Várias empresas fizeram greves, caso da Levorin, que conseguiu 10% de reposição, da Labortex e Paranoá.

Correios sem carta. Outra greve importante em São Paulo é a dos funcionários dos Correios, que começou há dez dias e já afeta a entrega de cartas em várias regiões. São 13 mil trabalhadores no Estado. Eles exigem recuperação das perdas, 10% de aumento real, sábados livres e recontração dos

demitidos. Conforme informação do Sindicato dos Funcionários dos Correios, 90% da categoria estão parados. No dia 19 os carteiros de Brasília aderiram ao movimento.

Os funcionários públicos federais também começaram greve dia 19 de abril contra o Plano FHC e contra a revisão constitucional, exigindo reajuste pelo ICV do Dieese de 170%, isonomia salarial e política salarial mensal. Na Bahia, os servidores da Universidade Federal estão totalmente parados. Lá, os servidores estaduais também pararam contra o arrocho do governador Antonio Carlos Magalhães e contra o Plano FHC. Ao fecharmos esta edição, os 4 mil trabalhadores do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e os 1.200 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP), ameaçavam entrar em greve. Eles querem reposição de 90%. O movimento é organizado pela Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Em Salvador, os motoristas e cobradores de ônibus pararam por oito dias e a greve foi considerada abusiva pelo Tribunal Regional do Trabalho. No momento estão em greve os vigilantes de Salvador.

Calendário de mobilizações

A Executiva Nacional da CUT aprovou, em reunião ampliada um calendário de mobilizações políticas:

26/4- Dia Nacional de mobilização contra a revisão constitucional, com ato em Brasília.

27/4- Dia Nacional de Luta contra as privatizações. O movimento sindical vai "ocupar" São José dos Campos (SP) em protesto contra a privatização da Embraer.

1/5- Dia Nacional de Mobilização e Luta contra o plano FHC.

9 a 13/5- Grito da Terra Geral - contra a fome, a miséria e pelo emprego. Mobilização de trabalhadores rurais, pescadores e povos indígenas pela democratização da propriedade da terra e o fim da violência no campo.

Relator mantém arrocho da MP

O projeto de conversão da Medida Provisória 457, que cria a URV, deve ser aprovado até o dia 27 de abril. O relatório do deputado Neuto do Canto (PMDB-SC) desagradou à oposição e aos trabalhadores. O projeto cria formas de reposição de perdas salariais havidas apenas depois da conversão dos salários para a URV. As perdas vão ser repostas só na data-base de cada categoria, após 1º de julho, data prevista para a entrada em vigor da nova moeda, o real. Nos meses de março, abril, maio e junho as perdas vão ser medidas com a comparação entre a variação dos salários em URV e a correção prevista pela legislação salarial anterior ao novo plano. Se houver diferença ela vai ser paga na data-base.

O problema é que o relator ignorou as perdas de fevereiro para março, data da conversão, quando os preços explodiram e a inflação foi ainda mais às alturas. A Comissão Especial que anali-

sou a MP queria assegurar regras mais abrangentes para a reposição das perdas, mas Canto não aceitou porque diz que essas perdas não são comprovadas. Na verdade, ele segue as orientações do ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, que não admite qualquer alteração em sua cria.

Congresso submisso. O mecanismo previsto na MP para medir a inflação depois de criado o real é o IPC-R (Índice de Preços ao Consumidor do Real) e é por ele que se vai medir as perdas. O projeto de Canto mantém o salário mínimo em 64,79 URVs e manda que o governo apresente um projeto de lei para aumento do mínimo. O governo, por sua vez, não aceita a elevação do mínimo para 100 dólares até o final do ano e fala em conceder abonos para quase um milhão de trabalhadores que ganham apenas o mínimo. Alega o Executivo que a Previdência não pode arcar com o défi-

cit que a proposta acarretaria.

Jair Meneguelli afirmou: "A CUT já apresentou um amplo leque de medidas que promoveriam o saneamento financeiro da Previdência Social em pouco tempo. Nada foi implementado. O governo prefere apoiar os sonegadores e prejudicar aposentados, pensionistas e os milhões de trabalhadores que recebem um salário mínimo".

Ao todo, o relator fez 59 mudanças na MP, porém manteve a essência do plano, de acordo com a estratégia do Palácio do Planalto. O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, declarou à imprensa que o governo estava disposto a negociações, mas essa era parte da estratégia. O mecanismo da reposição salarial só foi incluído porque a equipe econômica garantiu ao ministro que na hora de fazer as contas, o IPC-R vai indicar que não houve perdas. Caso o plenário faça alguma alteração profunda de última hora o

presidente Itamar Franco vai vetá-la.

Ricupero elogiou as mudanças feitas pelo relator na MP e considerou-as um "sinal claro" de que o Congresso assumiu sua responsabilidade na condução do plano econômico. Em outras palavras, o Congresso baixou a cabeça e jogou sobre os trabalhadores o custo do plano, que se sustenta basicamente sobre o arrocho salarial. Vale destacar que dessa submissão do Congresso estão fora os parlamentares do PCdoB, PT, PDT, PSB e PSTU.

Cresce desemprego. Um supermercado da Zona Leste de São Paulo anunciou 600 vagas para operadores de caixa e fiscais de uma nova loja da rede. Seis mil pessoas compareceram no dia 5 de abril, muitas ficaram lá desde o dia anterior e que causou tumultos e obrigou à distribuição de senhas. Foi preciso a intervenção da polícia para conter os can-

didatos.

Em Salvador, calcula-se que 100 mil pessoas se inscreveram para um concurso nacional da Petrobrás Distribuidora. A empresa oferece 26 cargos, 18 de nível superior e 8 de nível técnico. Não se sabe o número de vagas. Apenas no dia 11 de abril foram 50 mil pessoas se inscrever no estádio da Fonte Nova.

Esse é apenas um retrato do desespero que acomete milhões de trabalhadores desempregados em todo o país. No primeiro trimestre do ano as demissões aumentaram na Grande São Paulo. A indústria demitiu 18 mil pessoas, o comércio dispensou 3 mil e o setor de serviços demitiu 8 mil. A estimativa é de que haja 1,16 milhão de pessoas desempregadas na região metropolitana da Capital paulista, 15% da população. Economicamente Ativa. Em todo o Estado de São Paulo foram 35 mil demitidos pela indústria desde janeiro. (SS)

Povo se prepara para a

Os partidos intensificam as articulações visando apoios e coligações. FHC consolida seu esquema conservador e elitista. A frente popular será lançada no Rio dia 13 de maio



Lula entre José Dirceu e Erundina

Dilermando Toni

Em intermináveis conversas e longas reuniões neste período que antecede as convenções oficiais, vão ganhando corpo as articulações que se enfrentarão em 3 de outubro próximo. A cena nacional repercute nos estados e até o fim de maio estará pronto o esquema eleitoral do primeiro turno.

Fernando Henrique Cardoso fechou o acordo com o PFL, PP e PTB, escolheu para vice Luiz Eduardo Magalhães, filho de ACM, governador baiano e cacique

do PFL. O que FHC não esperava era que as resistências dentro do PSDB a esse acordo conservador e elitista fossem tão grandes. Em quase todos os estados o PSDB se dividiu entre os que apóiam a aliança com o PFL e os que a ela se opõem. Particularmente na Bahia as perdas de FHC são grandes. Nomes do porte de Waldir Pires e Jutahy Jr. passam a apoiar a candidatura de Lula.

Mas as dificuldades da candidatura das elites não param por aí. Também não era esperada reação tão forte do movimento social ao Plano FHC. O ex-ministro não se

cansava de repetir que os trabalhadores iriam ter grata surpresa quando recebessem o primeiro salário em URVs. Aconteceu o contrário, as greves se expandem em protesto às perdas.

Sujeira e corrupção. Enquanto consumam-se os preparativos para a batalha é bom se ter em conta os expedientes que as elites serão capazes de usar para tentar viabilizar seu escolhido, tentando desbancar a preferência popular pela candidatura Lula. A revista "Isto É" da semana passada traz a

público uma importante revelação do publicitário Chico Santa Rita, em 89 diretor do programa de TV do então candidato Collor de Mello.

Faltando apenas sete dias para o segundo turno, quando as pesquisas indicavam um empate técnico entre os candidatos, Collor, de posse de uma fita de vídeo, procurou Santa Rita exigindo que ela fosse ao ar. Tratava-se de uma montagem grosseira apresentando um fuzilamento de quatro prisioneiros possivelmente em Cuba e assistido por Lula. Collor só desistiu de levar adiante a farsa quando lhe mostraram como alternativa a fita de Miriam Cordeiro.

Agora, quando FHC tem como aliado principal Antônio Carlos Magalhães, famoso pela virulência de suas baixarias, é certo que vão se multiplicar os ataques à candidatura Lula e aos partidos que compõem a frente popular. Isto faz parte da tática da elite - envolvida em inúmeros casos de corrupção - a fim de manter o poder nas mãos.

Frente no Rio. A frente popular que dará sustentação à candidatura de Lula, composta

pelo PT, PSB, PCdoB, PCB, PMN e PSTU, decidiu que lançará seu manifesto no dia 13 de maio no Rio de Janeiro. O manifesto já está pronto e cerca de 400 personalidades, entre políticos, intelectuais, artistas, desportistas, sindicalistas, militares nacionalistas, de diferentes partidos já estão convidadas para o ato. Espera-se com isso um impulso considerável à candidatura Lula.

A disputa que se avizinha entre as elites e o povo começa a repercutir de maneira mais forte em diversos setores da sociedade. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida em meados de abril, aprovou uma cartilha para ser trabalhada pelo clero durante as eleições, que coloca num trecho: "As mesmas lideranças que sugaram o Estado estão hoje em defesa das privatizações sem critérios, pressionadas pelas exigências da nova ordem internacional e seus porta-vozes - o Banco Mundial e o FMI". Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, afirmou achar muito estranho o casamento entre o PSDB e o PFL.

Frente Popular no Sul

"Diante da falência das elites não resta ao povo gaúcho outra alternativa senão a formação de uma frente popular e democrática que seja firme na defesa dos interesses da nação brasileira. As condições para isso estão maduras no Rio Grande do Sul". Com estas palavras o candidato do PCdoB gaúcho à Câmara dos Deputados, Edson Silva, colocou a opinião do PCdoB do Rio Grande do Sul para as 400 pessoas presentes à Convenção Estadual no dia 17 de abril.

No encontro os comunistas aprovaram a coligação de sete partidos - PT, PSB, PCdoB, PPS, PCB, PSTU e PV - que passam a formar a Frente Popular que sustentará a candidatura do ex-prefeito de Porto Alegre, o sindicalista Olívio Dutra (PT), e do deputado Éden Pedrosa (PT), ex-líder do PDT no Congresso Nacional.

A Convenção oficializou as candidaturas do PCdoB à Assembléia Legislativa gaúcha: Jussara Cony, atualmente deputada estadual; Elói Frizzo, ex-vereador de Caxias do Sul e Luiz Carlos Mattoso, vereador pelo partido em Pelotas. Oficializou também o nome do economista Edson Silva, destacando a importância de reconduzi-lo à Câmara devido ao grande destaque que teve seu trabalho em apenas nove meses que assumiu efetivamente a vaga de deputado federal. Além disso a Convenção delegou à

Executiva do Diretório Regional a discussão dos nomes do partido para a chapa que concorrerá ao Senado.

Protocolo aprovado. Olívio Dutra e outras destacadas lideranças da Frente Popular compareceram à Convenção destacando nos discursos a importância da batalha atual polarizada entre a direita, disfarçada de centro, e a esquerda. Valorizando o papel da militância, Dutra destacou: "o trabalho consciente vale mil vezes mais que o dos cabos eleitorais pagos pelos partidos do grande capital". Em seguida chamou atenção para a disparidade entre os altos índices de crescimento econômico do Rio Grande e o aumento da miséria, do desemprego, do êxodo rural, da prostituição, dos sem-teto e dos sem-terra.

No encontro foi lida uma mensagem da Direção Nacional do PCdoB que dizia num dos trechos: "Acreditamos, com toda convicção, que a Convenção do partido é mais um elo no processo de conquista de êxitos dos comunistas gaúchos... estamos convencidos de que também no Rio Grande do Sul os militantes, dirigentes e amigos do partido envidarão todos os esforços por um resultado eleitoral à altura da missão que estamos chamados a cumprir."

Por fim a Convenção aprovou o protocolo político da Frente Popular que trata de



Convenção do PCdoB no Rio Grande do Sul aprova coligação com o PT

questões como direção de campanha, tempo de televisão, programa de governo.

O Diretório Regional do partido promoveu nos dias 23 e 24 de abril um curso com objetivo de organizar a campanha e preparar os candidatos. Em discussão temas como marcas, perfis e slogans, imprensa partidária em 94, estética vocal e programação visual dos candidatos.

Disputa acirrada. A tendência que se delineia já para o primeiro turno do pleito majoritário é de

polarização entre a candidatura das elites representada pelo ex-ministro Antônio Britto (PMDB) e a candidatura da Frente Popular. Nas pesquisas, Britto anda pela casa dos 43% e Olívio Dutra está colocado na posição de 27%.

A candidatura de Olívio Dutra está melhor situada nos grandes centros urbanos onde se concentra o eleitorado mais informado e com larga tradição democrática. É onde também mais repercute a administração de Olívio Dutra. Por outro lado, a candidatura da

Frente Popular poderá se expandir entre as bases trabalhistas do PDT e do PTB, confusas com a má administração de Alceu Collares à frente do governo do estado e com a postura que vem adotando Leonel Brizola.

Embora pertencente ao PMDB, Britto tenta por todos os meios dissociar-se da figura de Quércia, que tem 70% de rejeição entre o eleitorado gaúcho. O alinhamento natural da candidatura de Britto é com Fernando Henrique Cardoso.

Batalha

São Paulo, boas perspectivas

A poderosa oligarquia patronal paulista aposta o grosso de suas fichas na candidatura Mário Covas (PSDB) para o governo estadual. Covas tem-se apertado para explicar a coligação do PSDB com o PFL aos setores progressistas de seu eleitorado. Varia o discurso de acordo com a ocasião mas em Lins, no interior do Estado, semana passada, acabou por confessar que não só apoiaria como reproduziria em São Paulo a coligação nacional.

Covas desfruta no momento de larga dianteira nas pesquisas de opinião, mas poderá perdê-la, a exemplo do que ocorreu na eleição presidencial de 1989 e na sucessão paulista de 1990. O malufismo ainda não apresentou candidato. O quercismo apresentou o nome do apagado deputado federal Barros Munhoz. São esquemas poderosos e conservadores e, particularmente o último, tem grande penetração entre os prefeitos do interior. Merece menção, ainda no arco do conservadorismo, Luiz Antônio de Medeiros, chefe da Força Neoliberal, que lançou-se candidato pelo PP e negocia composições, podendo ganhar apoio do PPR de Maluf.

No campo da esquerda, a única candidatura, lançada

desde o ano passado, é a do deputado federal José Dirceu (PT). Em torno dela aglutina-se uma coligação com a marca democrática, popular e nacionalista, que inclui o PCdoB, PSB, PSTU e possivelmente o PCB, PMN e PPS.

Ainda com fraco desempenho nas pesquisas, a candidatura de Zé Dirceu poderá crescer em função da divisão das forças conservadoras e em decorrência daquilo que se tem chamado de "efeito Lula" para a transferência de votos. Procurando essa aproximação é que se adotou o esquema "Lula lá, Zé aqui". Espera-se assim chegar ao segundo turno.

Uma das vagas ao Senado será disputada pela ex-prefeita Luiza Erundina, considerada favorita. A outra, ainda em aberto, está sendo pleiteada pelo PCdoB, segundo maior partido da coligação, tanto pela presença parlamentar como por inserção no movimento social.

PCdoB animado. Refletindo o momento de grande crescimento que o partido vive em São Paulo, perto de 400 delegados estarão reunidos entre os dias 28 de abril e 1 de maio em Conferência Estadual quando irão deliberar sobre a linha e o esquema da campanha de 1994. A proposta em

Minas se articula

Em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do país com cerca de 10 milhões de eleitores, as disputas ao governo do Estado sempre se caracterizaram pela tendência das elites em construir consenso em torno do PL (Palácio da Liberdade), para a partir daí galgarem espaços na cena nacional.

Desta vez corre por fora a candidatura de Hélio Costa (PP), primeira colocada nas pesquisas até agora. Costa é candidato da Rede Globo e ficou conhecido em Minas pelo alinhamento com Fernando Collor.

O PMDB está ainda indefinido. O truculento ex-governador Newton Cardoso, que pretendia voltar ao Palácio da Liberdade, por falta de apoio foi obrigado a desistir e vai se candidatar à Câmara dos Deputados. Os setores mais arejados desse partido se reaglutinam em torno do nome do deputado Tarcísio Delgado.

A Frente Popular aglutina o PT, PCdoB, PSB, PPS, PV, PCB e PSTU e sai com o nome do deputado estadual Antonio Carlos Pereira (Carlão/PT) para a disputa ao governo, num quadro difícil onde as forças conservadoras detêm forte hegemonia.

PCdoB vai à luta. Na expectativa da Convenção Estadual de 14 e 15 de maio

próximo, as candidaturas comunistas cumprem a etapa de sua estruturação e busca de apoios. Tal é o caso dos candidatos a deputado estadual Lipa Xavier, Liza Prado, Newton de Souza e Edmundo Vieira.

Lipa é vereador em Montes Claros e conta com a vantagem de ser a única candidatura da Frente Popular na conservadora e empobrecida cidade do norte de Minas. Liza, vereadora em Uberlândia, Triângulo Mineiro, já ocupa 9% das opções de voto no poderoso colégio eleitoral de 240.000 eleitores da cidade. A inauguração do comitê de Edmundo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, se transformou numa festa de lançamento, com a presença das principais lideranças operárias da região. O comitê de Newton de Souza, presidente do Sindicato dos Professores de Minas, se propôs a coletar mil assinaturas entre a categoria em apoio à candidatura. Já tem 400 adesões.

De outra parte, começa a se materializar em alianças e adesões o destacado trabalho do deputado Sérgio Miranda, candidato à reeleição, durante a CPI do Orçamento. Surgem propostas de várias "dobradas" com candidatos a deputado estadual do PT. O nome de Sérgio aparece nas pesquisas do norte de Minas, apesar de seu

mandato estar mais voltado para a Grande BH.

Todos estes são fatores positivos que apontam para boas perspectivas, numa campanha difícil onde se tem que enfrentar o poder econômico da elite e a hostilidade popular para com os políticos em geral.

PCdoB faz Conferência no Rio

No domingo, 17 de abril, estiveram reunidos os delegados representantes de 600 militantes da base do partido no Rio de Janeiro na VII Conferência do PCdoB no Estado. Ficou a indicação de que partido deve buscar uma coligação com o PT da qual deverão participar ainda o PSB, PCB, PPS e talvez o PV. Intensificam-se as negociações nesse rumo.

O partido no Rio apresenta os nomes da deputada federal Jandira Feghali e do ex-presidente da UNE Lindberg Farias como candidatos à Câmara dos Deputados e o nome do operário metalúrgico e ex-deputado federal Edmilson Valentim à Assembléia Legislativa.

ALDO REBELO E JAMIL MURAD



Aldo Rebelo e Jamil Murad na plenária em São Paulo

discussão coloca como meta conseguir o dobro dos votos que os candidatos do partido obtiveram em 90 (30 mil para Aldo Rebelo e 54 mil para os estaduais).

Aldo Rebelo deve ser o único candidato a federal, potenciando ao máximo os êxitos de seu mandato, com destaque para a vitória sobre o golpe da revisão constitucional, e o perfil de formador de

opinião que vai consolidando em todo o Estado, bem além das fronteiras partidárias.

Para a Assembléia Legislativa a meta é eleger três deputados: Jamil Murad, que disputa reeleição e projeta-se pela incansável dedicação às lutas do povo; Nivaldo Santana, presidente do Sintaema e coordenador nacional da

Corrente Sindical Classista, que fará uma campanha fortemente apoiada no movimento sindical; e João Bosco, vereador em São José dos Campos, cidade pólo da importante região do Vale do Paraíba paulista, onde o PCdoB conheceu notável crescimento na atual campanha de filiações.

Bahia quer ampliar

Na Bahia sentem-se com maior agudeza os efeitos da aliança nacional conservadora e elitista do PSDB com o PFL. O vice de Fernando Henrique Cardoso vai ser mesmo Luiz Eduardo Magalhães, filho de ACM. O PSDB baiano, que tem entre os integrantes personalidades democráticas, rebelou-se contra esta situação.

Com base nesse quadro, o PCdoB da Bahia está propondo a formação de uma frente progressista composta pelo PSDB, PT, PSB, PPS e PV, além do próprio PCdoB, coligando-se nas eleições majoritárias e proporcionais, para derrotar o esquema de Antônio Carlos Magalhães. Para isso assinou uma declaração conjunta com o PSDB com grande repercussão nos meios políticos e na imprensa.

A declaração lançou as bases da frente progressista, considerou a necessidade de viabilizar uma candidatura ao governo do Estado, além de registrar o compromisso de coligação majoritária e proporcional entre o PCdoB e o PSDB.

O presidente do PCdoB na Bahia, Renildo de Souza, considerou que "o PSDB deve encabeçar a coligação em função dos nomes postulantes ao governo do Estado que

dispõe. Tanto Waldir Pires quanto Jutahy Magalhães Jr. reúnem condições para unificar as forças progressistas na Bahia".

Nomes de peso. O PCdoB está indicando Haroldo Lima para disputar a reeleição de deputado federal. Para a Assembléia Legislativa o partido apresenta Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Davidson Magalhães, vereador em Itabuna, Alice Portugal, ex-presidente da Associação dos Servidores da UFBA, e Vandilson Costa, ex-deputado estadual. Todos eles bem conhecidos do povo baiano pela participação destacada nas lutas em defesa da liberdade e do socialismo.

Está marcada para os dias 29 e 30 próximos a Conferência e a Convenção Estadual que oficializará as candidaturas e a coligação. Para a ocasião está sendo preparado um ato político de lançamento das candidaturas ao qual deverão comparecer líderes políticos de diversos partidos.

CDM
Colaboraram: Bernardo de Faria/SP, Marcelo Caspary/RS, João Moraes/MG, Edmilson Valentim/RJ, Fundação Maurício Graboski

TEMA EM Debate

Crescer a UJS nas universidades

Waldemar de Souza
da Comissão Nacional de Juventude do PCdoB

Os comunistas precisam se dedicar a crescer e ampliar a União da Juventude Socialista na universidade, aumentando assim a influência das idéias socialistas nas lutas e atividades juvenis universitárias.

O socialismo é o objetivo estratégico do PCdoB, e para alcançar este objetivo deve contar com amplas camadas da população. As resoluções do 8º Congresso (1992) afirmam que "o PCdoB luta, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria" e reforçam a necessidade de "difundir e discutir essa orientação com o povo brasileiro, dedicar-se a transformá-la em ação prática e o que norteia a atuação dos comunistas a partir daqui".

No Brasil, onde a perspectiva de vida é pequena, os jovens até 25 anos representam mais da metade da população. Nas universidades está a maior parte da intelectualidade, da pesquisa científica e tecnológica, e mais de um milhão e meio de estudantes - futuros profissionais e futuros pesquisadores.

Hoje, dada a primazia da luta teórica e ideológica, a propaganda e o desenvolvimento do marxismo é um enorme desafio para o PCdoB. As dificuldades na luta de idéias devem ser enfrentadas com decisão e habilidade. É fundamental para o partido estar presente na luta política e no movimento estudantil. Não é pequeno o número de universitários simpáticos às idéias progressistas e ao socialismo, e é claro que em momento algum o partido deve deixar de se esforçar para crescer e se firmar entre os estudantes.

O debate central deste artigo é: podemos nos contentar em atingir somente essa juventude que tem um nível de consciência para se filiar ao partido ou devemos buscar meios e instrumentos para irmos muito além, perseguindo o objetivo de criar um amplo movimento de universitários orientado política e ideologicamente pelos comunistas?

A UJS foi criada em 1984 e nesses dez anos de experiência revelou ser uma entidade de grande potencial, em função das suas características: juvenil, ampla, apartidária, política e socialista. O seu programa destaca a luta pelo socialismo, pela soberania nacional e pelos direitos da juventude. O socialismo é a sua marca e é o elemento que faz a sua distinção de outras formas de organização dos universitários. Essas caracterís-

ticas fazem a nossa atuação na UJS ser imprescindível para o projeto estratégico do PCdoB.

A UJS vai crescer e se desenvolver nas universidades e faculdades, na medida em que se ligar às diversas manifestações juvenis e estabelecer, sem imediatismo nem formalismo, uma linha apropriada de promoção de atividade políticas e de debate do socialismo. Os universitários se interessam, em primeiro lugar, pela qualidade de sua formação profissional e por um lugar no mercado de trabalho. Sentem necessidade de estagiar, discutir os temas relativos ao seu curso, de uma vida cultural, de se organizar em grupos de amigos e grupos de estudo. Buscam informações e a ampliação de seu conhecimento, a maioria trabalha, mas não onde nem como quer.

De muitas expectativas e quase sempre de frustração vivem os universitários, e os problemas se agravam com as altas mensalidades, o desmonte das universidades públicas e o crescente desemprego. A crise multilateral do capitalismo aflige todo o povo com suas consequências na estrutura social e no mercado de trabalho. A resistência da juventude na França contra salários menores para trabalhadores até 25 anos é um exemplo a ser seguido. Em todo o mundo o "ajuste" neoliberal aprofunda as contradições que explodem em cheio na vida dos estudantes.

As entidades estudantis, as atléticas, os grupos de teatro, ecológicos e as mais diversas formas de organização devem fazer parte da atividade da UJS, que precisa ser entidade com objetivos próprios e não se confundir com estes movimentos, mas sim fazer valer sua visão revolucionária e socialista para os problemas que a juventude enfrenta.

Os comunistas são a principal força política presente na direção de centenas de CAs e DAs, dezenas de DCEs e UEEs e na diretoria da UNE e precisam assumir já esse desafio. Vamos manter a prioridade para o movimento estudantil, porém enraizando mais nosso trabalho, com atenção especial para as entidades de base e os encontros de curso.

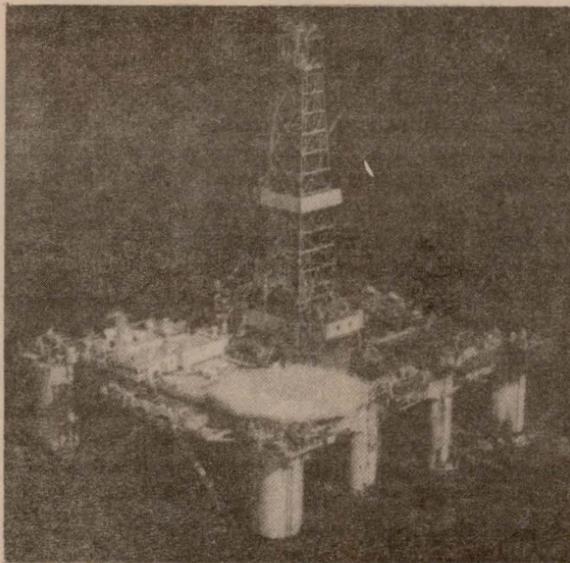
Os núcleos da UJS nas universidades devem, no início, ter relação direta com o nosso trabalho atual e ir se ampliando para outros cursos e outras áreas (ciência, turismo, cultura, esporte, mulheres etc.) na medida do possível.

Nas eleições 94 a UJS pode ser um valioso instrumento para a nossa campanha. Implantar a UJS é decisão política a ser traduzida em ação por todos os militantes comunistas.

Um grito que volta

▼ Um dos mais caros lemas aos brasileiros nacionalistas, "O Petróleo é Nosso", resurgiu agora com o mesmo ímpeto de décadas atrás, impulsionado pela revisão constitucional

Cristiano Dartsch
de Porto Alegre



As manobras entreguistas conduzidas no Congresso, sintetizadas na tentativa de quebra do monopólio estatal de comunicações, energia e petróleo, se contrapõem agora representativos setores da sociedade. E a reação vem crescendo, pulverizando pequenas e grandes diferenças doutrinárias e unindo segmentos até antagônicos, na uníssona defesa da soberania brasileira e denúncia dos que estão a serviço do capital internacional.

Por isso mesmo, no ato público realizado dia 19 de abril em Porto Alegre, o palanque reuniu dirigentes do PDT, PT, PCdoB, PCB, PPS, PSB e PTB, da UNE, Ubes, União Brasileira de Mulheres, centrais sindicais, representantes dos petroleiros, dos telefônicos, dos eletricitários, associações de moradores, o Fórum em Defesa das Estatais, e outras entidades.

No Largo Glênio Peres, umas duas mil pessoas acompanhavam o ato, saudando os dirigentes. Os militantes partidários agitavam bandeiras, sem provocações ou vaias.

As falas começaram pouco depois das 17 horas e um dos primeiros oradores, o prefeito da Capital, Tarso Genro (PT), criticou as multinacionais do petróleo por pleitearem a abertura de mercado e, ao mesmo tempo, constituírem um monopólio fechado. "O monopólio privado está a serviço de quem sempre esteve, sustentando uma minoria privilegiada da sociedade".

A um passo da vitória. Já o suplente de deputado federal Edson Silva (PCdoB-

RS) destacou que "estamos a um passo de comemorar a vitória sobre o fiasco da revisão constitucional a serviço dos vendilhões do Brasil. Tentaram, mas estão caminhando para um grande fracasso. E a imprensa quer esconder esses vendilhões, como esconde o fato de que os povos que tiveram a infelicidade de quebrar seus monopólios estatais de áreas estratégicas perderam terreno, inclusive com a queda na produção".

O deputado estadual Carlos Araújo (PDT), representando o governador Alceu Collares, salientou que "Esta luta vem de longe. Nós fomos presos várias vezes por picharmos a cidade com 'O petróleo é nosso'. A luta é permanente. Primeiro, para criar a Petrobrás e, agora, para mantê-la. Parece que a luta de um povo por sua soberania é eterna e é essa luta que agora se faz necessária, contra os neoliberais a serviço do capitalismo internacional. Nem a ditadura militar teve a coragem de tocar na Petrobrás".

Outra fala de destaque foi a do coronel Pedro Alvarez, um militar perseguido por sua posição nacionalista e hoje um símbolo da resistência contra a entrega da nação: "Vamos para a luta organizados. Povo que não tem petróleo não tem como se defender de seu inimigo comum que é o capital estrangeiro. Vamos lutar pela habitação, saúde, alimentação, dizendo NÃO ao capitalismo internacional".

Trincheira de luta. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Renan Kurtz (PDT), constatou: "quando vejo o coronel Alvarez recordo minha época de estudante, época em que aprendi a defender nossa soberania, a nossa Petrobrás. O coronel representa hoje os que ainda defendem a nação e os que já tombaram nessa luta. Eu próprio, em 1964, respondi a um inquérito policial militar por defender a Petrobrás. Hoje, vejo os estudantes, aqui, lutando pela mesma causa que nós defendemos há três ou quatro décadas. Enquanto estivermos na presidência do Parlamento, lá teremos uma trincheira na luta pelos mesmos princípios aos quais continuarei fiel pelo resto de minha vida".

Já o superintendente da Petrobrás, Cesar Barlem, mencionou Monteiro Lobato e seu esforço em favor da criação do monopólio estatal do petróleo. "Hoje, vemos a revisão constitucional tentar trazer de volta a figura da concessão à indústria do petróleo, que há muito já foi banida em todo o mundo".

O ato público mostrou que toda a sociedade está lutando por essa causa, como bem demonstra a diversidade de representações presentes. Além das pessoas já citadas, compareceram a secretária de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Milton Zuanazzi (PDT), a vereadora Maria do Rosário (PCdoB), os deputados estaduais Athon Rodrigues, Heron de Oliveira e João Luiz Vargas (PDT); Caio Riela (PTB); Beto Albuquerque (PSB); Flávio Koutzii e Antônio Marangon (PT); o vice-prefeito Raul Pont (PT); os deputados federais Amaury Müller (PDT); Eden Pedrosa e Adão Pretto (PT).

Deputada lidera comissão

A trincheira da Assembleia Legislativa a que se referiu Renan Kurtz (ver nesta página) inclui a criação de uma Comissão de Representação Externa em Defesa da Petrobrás e Telebrás, cuja presidência está aos cuidados da deputada Jussara Cony (PCdoB). A indicação demonstra o reconhecimento não apenas do trabalho da deputada, mas da luta que o PCdoB sempre travou

em favor da soberania do país, em geral, e na defesa do monopólio estatal do petróleo, em particular.

No esforço pela manutenção dos monopólios, Jussara também está articulando outras frentes de luta. Uma delas é a criação de uma Comissão de Memória a privatização, já assinado por diversas personalidades, incluindo o governador Collares.

Cecut-SP foi polêmico

Realizou-se em Ribeirão Preto (SP) o 7º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (Cecut-SP), de 14 a 17 de abril, com participação de 1.400 delegados, 25% mulheres, representando 180 entidades. O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o estadual Arlindo Chinaglia (PT-SP) e o candidato a governador do Estado, Zé Dirceu (PT), representando Lula, entre outras personalidades, estiveram na abertura.

A divisão em cinco chapas disputando a diretoria beneficiou a *Articulação* que ampliou sua hegemonia para 65,5% dos votos, ficando com sete integrantes na diretoria; a Corrente Sindical

Classista (CSC) obteve 6,8%, com direito a uma pessoa na diretoria e um suplente. Enéas Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Pindamonhangaba, é o representante da CSC; a CUT pela Base teve 12% e indica uma vaga na Executiva; a corrente trotskista *O Trabalho*, com 6,7%, fica com mais uma vaga; e o PSTU, com 9% dos votos, fica com o outro cargo. José Lopez Feijó foi reeleito presidente da CUT-SP.

A *Articulação* passou como um rolo compressor com suas teses. Assim, foi mantida praticamente intacta a Tese Base apresentada, com poucas alterações, de caráter secundário. Em pontos

cruciais para definir os rumos da entidade, o texto foi mantido. Em temas como: a Estratégia da CUT; Democracia e Política de Organização da entidade prevaleceram as propostas da *Articulação*. O Congresso também manteve a filiação à Ciois e aprovou o pluralismo sindical. Foi aprovada ainda a criação de comando nacional pela mobilização e indicação de greve geral para o dia 11 de maio, tese da *Articulação* com apoio da CSC. O Cecut-SP não deverá dar apoio político e financeiro a Lula, mas liberou os sindicalistas para apoiar o "candidato dos trabalhadores" para a Presidência da República.

CSC cresce no Cecut-PB

Com participação de 190 delegados credenciados, representando várias categorias de trabalhadores da cidade e do campo, foi realizado o 5º Congresso Estadual da CUT da Paraíba (Cecut-PB), entre 15 e 17 de abril. O Congresso, bastante participativo, discutiu a tese nacional para o 5º Concut e a tese/guia estadual, "Pe-

gou Conjuntura": eleições/94; balanço da CUT; questões da mulher; da terra e o plano de lutas.

O ponto alto do Congresso foi a eleição para a nova direção da CUT, sendo que a chapa 1, com sindicalistas da CSC e PSTU, elegeu 11 pessoas na nova diretoria. Apesar da tentativa da *Articulação* e *CUT pela Base* de isolar as

outras correntes, a CSC saiu vitoriosa, tanto ao nível do debate como pela ampliação da presença na direção da CUT, passando de dois para sete integrantes.

A CSC elegeu dois para a Executiva (política sindical e primeira secretaria), dois na diretoria, dois na suplência e um no Conselho Fiscal.

Metroviários no caminho da luta



O 4º Congresso dos Metroviários, que teve plenárias finais realizadas entre os dias 7 e 11 de abril, mergulhou fundo na discussão dos problemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores na atualidade, nas dificuldades vividas pelos brasileiros e apontou perspectivas para a categoria, elaborando um plano de lutas e discutindo a pauta de reivindicações da Campanha Salarial de Maio de 1994.

A solenidade de abertura, na noite de 7 de abril, dirigida pelo presidente do Sindicato dos Metroviários, Wagner Gomes, contou com a participação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho; do presidente do Sintaema e coordenador nacional da Corrente Sindical Classista, Nivaldo Santana; dos deputados federais Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e Ernesto Gradella (PSTU-SP), dos deputados estaduais Jamil Murad (PCdoB-SP) e

Zico (PT-SP), do vereador paulistano Vital Nolasco (PCdoB); do representante da direção nacional do PCdoB, João Batista e do presidente regional do PCdoB, Walter Sorrentino.

Os metroviários reafirmaram que "o socialismo continua a ser a única alternativa para se criar uma sociedade nova, sem exploração, onde o desenvolvimento tecnológico e os avanços da produtividade sejam colocados a serviço de todos os trabalhadores". Consideraram as eleições quase gerais de 1994 "um momento vital do processo político brasileiro" e apontaram para "a necessidade de um candidato único das forças populares para os cargos executivos (presidente e governador)" e para "a necessidade de formação de bancadas parlamentares comprometidas com lutas como a reforma agrária, salário mínimo do Dieese, suspensão imediata do pagamento das dívidas externa e in-

terna, suspensão das privatizações e revisão das já realizadas, dentre outros pontos.

A categoria realizou também mudanças para ampliar a democratização e a intervenção do Sindicato nas lutas econômicas, políticas e sociais, como a criação da Secretaria Contra a Discriminação Racial, a exigência de 20% de mulheres na diretoria do Sindicato, o trabalho mais eficaz junto às Cipas e aos Delegados Sindicais etc. "Estas soluções têm um valor inestimável, os metroviários vão estudá-las, a fim de ostentar um contraponto aos ataques do patronato. São bandeiras em defesa dos nossos direitos. Representam a nossa visão diante de uma realidade que se apresenta hostil aos trabalhadores. Realidade que pode e deve ser mudada com a nossa luta", afirma Wagner Gomes, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. (Carlos Pompe)



DANIEL VAZ

Estudantes x mensalidades

Cerca de 500 secundaristas e universitários fizeram manifestação na porta do Ministério da Fazenda em São Paulo, dia 13 de abril. Uma comissão foi recebida pelo delegado administrativo do Ministério no Estado, Fernando Leça, ao qual entregou um manifesto.

A principal reivindicação é a conversão dos valores das mensalidades escolares para a URV pela média dos doze meses do ano passado.

O ato começou às 9 horas em frente à Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etesp), de onde seguiu uma passeata até o Ministério. Os estudantes pediram tam-

bém US\$ 4,5 bilhões do Fundo Social de Emergência (FSE) para a educação e que o governo regulamente os reajustes de mensalidades escolares.

Em Belo Horizonte, Florianópolis e outras cidades também ocorreram manifestações simultâneas, patrocinadas pela UNE, Ubes, UEEs, grêmios e centros acadêmicos. Em todos os pontos do país os estudantes exigiram o fim das mensalidades abusivas e gritaram slogans contra o Plano FHC2, contra cortes nas verbas da educação e também contra a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República.

A luta pela terra

Dia 11 de abril, realizou-se, em Salvador-BA, o Encontro de Lideranças da Corrente Sindical Classista Rural, com presença de 40 lideranças sindicais. Everaldo Augusto, da coordenação nacional da CSC, fez palestra no Encontro, importante para o crescimento da CSC-Rural na Bahia. Na ocasião novos sindicatos filiaram-se à CSC (STR de Barreiras, Eunapolis, Palmas de Monte Alto e outros). As adesões se deram pela política clara e classista da CSC e pela atuação ativa dos classistas no movimento sindical da Bahia. Neste Encontro foi eleita a coordenação da CSC-Rural formada por Angélica Anunciação, Edson Pimenta e Aladilse, do STR de Eunapolis.

O retorno da "Luta pela terra" como saída para combater a fome e a miséria, "O grito pela terra" e o "Movimento Sindical Rural Baiano" foram os temas debatidos no Encontro. Aproveitou-se a presença das lideranças sindicais para fazer a eleição do Centro de

Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (Ceata), que começa o ano com boas perspectivas, trabalhando desde já na edição do livro "100 anos da história de Canudos".

Fetag-BA. Com presença de 181 dirigentes e líderes sindicais, ocorreu em Salvador, dia 12 de abril, o Encontro do Movimento pela Reconstrução da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Bahia. Criado há mais de um ano para acabar com os desmandos que ocorriam na entidade, o Movimento agora dirige a Fetag-BA.

O Encontro propiciou maior participação dos sindicatos na reorganização da Fetag. Foram debatidos os temas: "Descontos de aposentados", "Taxa confederativa", "A seca no nordeste baiano" e o "Movimento sindical rural da Bahia". O Encontro virou um marco do movimento sindical baiano no intuito de construir uma Federação séria, democrática e classista.

Sem chapa única em SC

Entre 15 e 17 de abril foi realizado o 5º Congresso Estadual da CUT de Santa Catarina (Cecut-SC), em Lages, com presença de 530 delegados. O Congresso ocorreu em clima de intensa discussão política. Nas votações, porém, o rolo compressor da esmagadora maioria da *Articulação* foi implacável, não perdendo ninguém.

A CSC participou ativamente

do Congresso com faixas, notas, intervenções, divulgando suas posições sobre as principais questões debatidas. Quatro chapas disputaram a eleição para a direção da entidade. Os 30 delegados da CSC conseguiram 9% dos votos. A nova diretoria da CUT-SC ficou com oito integrantes da *Articulação*, um do *Movimento Tendência Marxista* (MTM), um da CSC e um do PSTU.

Encontro dos condutores

De 8 a 10 de abril, aconteceu em Limeira-SP, o Encontro dos Condutores da Corrente Sindical Classista de São Paulo. Os debates foram intensos e trataram da conjuntura nacional, da organização da Corrente na categoria e das batalhas que os condutores têm pela frente: a campanha salarial e as eleições.

Participaram das discussões como convidados: Nivaldo Santana, coordenador nacional da CSC; João Batista Gomes, da Executiva Nacional do PCdoB; e Roseli Figaro, assessora da dire-

toria de representação dos empregados da CMTC.

As principais resoluções do Encontro, segundo Gregório Poço, secretário geral do Sindicato dos Condutores de São Paulo, foram: a luta pela reposição das perdas salariais; luta contra o desemprego e a catraca eletrônica; e uma campanha permanente de sindicalização. Gregório afirmou ainda que os condutores da CSC decidiram que a campanha de reposição de uma chapa única da CUT para as próximas eleições no Sindicato.

CONSCIÊNCIA Socialista

Voto na urna X organização partidária

Ivan Boere de Souza

da Comissão Municipal do PCdoB
de Porto Alegre

No decorrer deste ano, estaremos (já estamos) enfrentando uma batalha da luta de classes de envergadura: as eleições. Essa mesma luta de classes tem colocado, entre outros, um importante desafio para o avanço da luta popular no Brasil: o crescimento e fortalecimento orgânico do PCdoB.

A trajetória do nosso partido nos últimos anos tem sido progressiva. Crescemos em quantidade, estrutura e influência. No entanto há um sentimento compartilhado por grande parte da militância de que necessitamos dar alguns saltos, principalmente no que diz respeito à ação mais coordenada do coletivo, ao seu envolvimento na elaboração de nossa política e à disputa da direção política de movimentos de massa. A realidade da luta social clama por um PCdoB que supere a si mesmo.

Se é verdade que o PCdoB tem aproveitado razoavelmente bem as eleições para elevar o nível de consciência da população e aumentar sua influência, não é menos verdade que, nesses momentos, temos nos inclinado à dispersão.

Está presente o problema: lutar para obter na urna o maior número possível de votos para nossos candidatos é incompatível com nossa organização? a nossa organização atrapalha ou pode ajudar nessa batalha política?

Política revolucionária. A organização do PCdoB tem que estar a serviço de sua política, da política revolucionária, e sua política revolucionária pressupõe, a par das batalhas circunstanciais, a preocupação constante com o desenvolvimento orgânico do partido. Se as lutas políticas eleitorais têm contribuído para nossa dispersão, isso nos remete a duas hipóteses: ou se subestima a organização do partido ou somos incapazes de efetuar as devidas flexibilizações levando em conta a realidade e a

especificidade da referida batalha. Ou as duas hipóteses juntas. Tanto uma quanto a outra são prejudiciais, e nos impõem reflexão e uma ação transformadora.

Quanto à primeira hipótese, é nosso compromisso estarmos vigilantes e contribuímos constantemente para que o partido mantenha a perspectiva da organização leninista.

Com relação à segunda, gostaria de contribuir com algumas opiniões:

1º) Somos um partido mais auto-crítico. Muitas das verdades antes consideradas absolutas, hoje precisam ser melhor investigadas; necessitamos avançar na teoria marxista, responder a problemas candentes da nossa atualidade; caminhamos para nos constituirmos em um partido de massas, visando conquistar força e hegemonia e ser alternativa de poder.

2º) Essa realidade sugere atitudes flexibilizadoras, mas que trabalhem sempre no sentido da manutenção e desenvolvimento da organização leninista: precisamos, mais do que nunca, estar atentos às reais diferenças existentes entre quadros, militantes e filiados. A disposição, o conhecimento, as possibilidades de cada um formam um coletivo de filiados com múltiplas realidades objetivas e subjetivas; ultrapassar a visão estreita de que militância só existe num organismo de base estruturado num local de moradia, estudo ou trabalho. Há muitos outros interesses e necessidades que podem ligar as pessoas no cotidiano para que elas lutem por transformações sociais. O importante é o esforço para que cada membro do partido tenha uma função em alguma organização partidária; estimular a militância para que o partido seja um centro vivo de debate de idéias. Para isso, é preciso um ambiente favorável, prestar atenção, sem se deixar levar pelo imediatismo, às lutas específicas da população.

Participar e lutar. A preocupação central está em, ao mesmo tempo que participamos das eleições burguesas, ir preparando o nosso partido para outras lutas.

Certamente, muitas das idéias aqui colocadas não são novidades. Contudo, para a nossa política, não parece estarem "fora de moda".

Escândalo das privatizações

Com a presença do senador Amir Lando (PMDB-RO), aconteceu no dia 19 de abril, na livraria Papyrus, centro de Porto Alegre, o lançamento do livro do suplente de deputado federal pelo PCdoB e membro da Executiva Nacional do partido, Edson Silva: "O Escândalo das Privatizações". Estiveram presentes ao acontecimento, várias personalidades do meio político e intelectual gaúcho.

"O Escândalo das Privatizações", trata-se de uma profunda avaliação crítica de Edson Silva, extraída de sua participação na CPI das Privatizações do Congresso Nacional, que denunciou a liquidação do patrimônio público.

O senador Amir Lando, que fez a apresentação do livro, ao se referir a Edson Silva, disse: "A nação lhe será grata, e, certamente, reconhecerá o seu empenho na busca constante de um novo arrebol de decência. E o silêncio dos culpados não calará jamais essa voz que ecoou e dignificou o Parlamento brasileiro."

No mesmo dia, após o lançamento do livro, aconteceu um debate, promovido pelo Fórum de Defesa das Estatais e do Patrimônio Público, com as presenças de Edson Silva e de Amir Lando, que foi o relator das CPI's do PC Farias e das Privatizações. (Denise Campeão, imprensa do PCdoB-RS)

Comunista é o último morador da fronteira

(artigo publicado originalmente na revista "Municípios do Acre")

▼ O último trabalhador do extremo ocidental também se considera ecologista, e seu maior desejo é ter "um pedacinho de terra para plantar"

No extremo ocidental do país, nas entranhas da Serra do Moa, vive José Francisco de Macedo, 25 anos, o último habitante brasileiro, que gosta de Caetano Veloso e é comunista.

Morando com os pais num baixio da Serra, onde cultivava arroz e feijão numa área de dois hectares, José Macedo vive "por opção" no lugar. "Somos uma espécie de posseiro, já que esta terra é de ninguém." Há dois anos, José Macedo trocou a cidade de Mâncio Lima pela Serra por causa da "politicagem", que impedia qualquer possibilidade de emprego.

Trabalhando 12 horas por dia, José Macedo tem prazer de morar na Serra. "Aqui é o lugar mais bonito do Brasil, só quem conhece pode dar valor. Mesmo sem saber quando é domingo, o que mais gostamos é de passear." Vivendo isolado - Cruzeiro do Sul fica a dois dias e meio de viagem - José Macedo se preocupa em

manter-se informado através do rádio. "Acompanhei a CPI do Orçamento e achei maravilhoso a prisão do PC Farias, embora não acredite que ele vá ficar preso por mais tempo", diz cético.

Mesmo vivendo por opção na Serra, José Macedo resente-se da solidão. torcedor do Flamengo e do Santos, reclama que muito raramente se "bate uma pelada". Seu vizinho mais próximo fica a duas horas de barco, descendo o Moa.

A família de José Macedo, literalmente, vive da Serra. Com uma economia de subsistência, alimenta-se de caça e peixe, ainda abundante na região. "Sabemos que isto é um Parque Nacional, mas ninguém, nem mesmo o Exército, fiscaliza estas fronteiras", desabafa Macedo, referindo-se especialmente à caça predatória, onde por semana descem o rio três ou quatro batelões com animais abatidos. "Só daqui, de dentro da Serra, saem mais de 5 mil quilos de caça salgada por mês."

Filiado ao PCdoB há sete anos, José Macedo acredita que com muito trabalho "é possível mudar este país." Sendo o último trabalhador brasileiro do extremo ocidental, José Macedo se considera um ecologista. "Nós, que somos pobres, só queremos um pedacinho de terra para poder plantar e trabalhar."

Clóvis Moura em João Pessoa

Com promoção da revista "Princípios" e da livraria "Sebo Cultural", será lançado em João Pessoa no dia 27 de abril, o livro "Dialética Radical do Brasil Negro", do sociólogo Clóvis Moura, publicado pela Editora Anita. Como parte do evento consta ainda uma sessão especial na Assembléia Legislativa, no dia 26, com um debate sobre "O negro e o direito à cidadania."

O lançamento do livro ocorrerá no Teatro Santa Rosa, às 20 horas, com o apoio de diversas entidades do movimento negro, popular e cultural, além da Assembléia Legislativa, Secretaria Estadual de Educação, Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba, Prefeitura de João Pessoa etc. A apresentação do livro será feita pelo professor José

Otávio de Arruda Melo, do departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com debate coordenado pelo jornalista Chico Noronha. No final haverá show com o grupo afro "Lua dos Palmares".

Dissertação com louvor

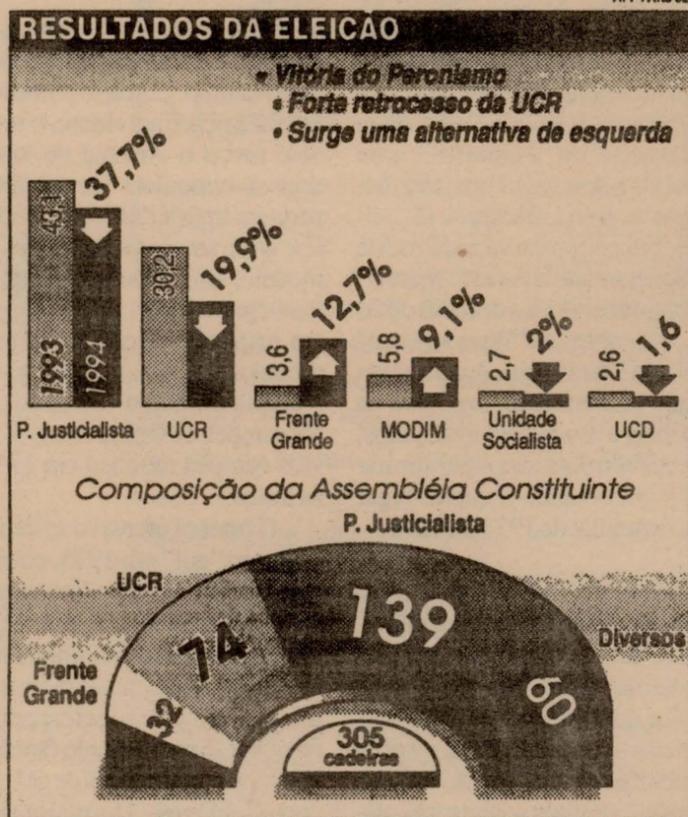
Os camaradas Diórges Alceno Konrad (do Comitê Regional-RS) e Gláucia Vieira Ramos Konrad, integrantes do PCdoB de Porto Alegre, defenderam em 15 de abril e 24 de março, respectivamente, suas dissertações de mestrado na PUC-RS. O companheiro dissertou com o tema "1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul" e recebeu a nota máxima. A outra dissertação foi sobre "A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul", obtendo o grau 9,25.

Para organizar a alegria

O jornal Propuesta, órgão do PC da Argentina publica Editorial, com o título "Para organizar a alegria", sobre os resultados eleitorais na Argentina. Publicamos trechos desse editorial

"A extraordinária votação obtida pela Frente Grande nas eleições de 10 de abril provoca enorme alegria em nosso povo, sobretudo nos setores mais ativos e dinâmicos do movimento político e social que, com pleno direito, se sentem donos e protagonistas dessa vitória. É preciso abrir caminho a essa alegria, ao tempo em que se justificam as preocupações com as responsabilidades que se avizinham e se apresentam os necessários debates do novo momento. Há que se abrir caminho a essa alegria porque temos direito ao sorriso, ao grito e ao abraço no companheiro, que estiveram contidos em muito tempo de derrotas, frustrações e sensações amargas. É um triunfo que aproxima outros e que nos compromete a todos, membros da Frente Grande e amplo campo social que conseguiu representar, a fazer esforços para encontrar os melhores caminhos a fim de que esta vitória não seja uma brisa passageira e se transforme no vendaval necessário para produzir as mudanças que o país reclama."

"A grande vitória da Frente Grande foi em todo o país. Na Capital Federal e em Neuquén, onde obteve o primeiro lugar e se apresenta como alternativa de governo. Foi na província de Buenos Aires, onde o segundo lugar teve várias conotações: diminuir a festa de Duralde, superar em votos o próprio Alfonsín e mandar Aldo



Rico ao quarto lugar na maior concentração operária e popular do país. A vitória é também em todo o país pelo aumento da votação, pela instalação da Frente como força real de alternativa eleitoral, pelos companheiros eleitos constituintes nacionais ou provinciais que têm a oportunidade de se converter em tribunos das demandas do povo e da necessária construção político-social a desenvolver. É uma vitória também dos lutadores do Nordeste e de todo o território pátrio, cuja batalha faz parte do mesmo processo de reanimação e recomposição do movimento popular em que se inscreve o nascimento e o crescimento da Frente Grande."

"Esta unidade entre as lutas de resistência e a construção eleitoral nem sempre se expressa nos mapas eleitorais. Está nas camadas profundas de um terreno que começa a mover-se e tremer e requer uma atenção es-

pecial que deve ficar à margem de mecanicismos."

"O bipartidarismo sofreu uma derrota. Do mínimo de 75% a favor do pacto que Menem e Alfonsín anunciavam, sua votação alcançou apenas 57% dos votos válidos. Se temos em conta o crescimento do abstencionismo, os votos em branco e dos diversos partidos e frentes que se opõem ao "negócio" de Olivos, podemos afirmar que o Núcleo de Coincidências Básicas não conta com o aval da maioria da população. Está deslegitimado. Por isso recobram importância as colocações que formulamos sobre a necessidade de uma impugnação política do intento bipartidarista de reforma constitucional, para o que será necessário articular a ação dos eleitos da Frente Grande e de outras forças com todas as manifestações da resistência popular ao ajuste neoliberal para fustigar a imposição autoritária do poder e

fazer-lhe pagar um alto custo político".

Na análise dos resultados eleitorais não podemos omitir alguns sinais de alarme provenientes do ascenso, ainda que reduzido, de Aldo Rico, e do triunfo eleitoral em algumas províncias de outras viúvas da ditadura, o militarismo e o conservadorismo, como Bussi e Maria Cristina Guzmán que, é preciso assinalar, recolheram uma parte do voto de protesto, diante da falta de alternativa."

"Surgem agora tarefas ciclópicas. Os resultados eleitorais criaram melhores condições políticas para a confrontação e é necessário aproveitá-las. A vitória frentista alenta a resistência e é um forte estímulo ao processo complexo e prolongado das forças populares. Por isso dizemos que está na hora de organizar a alegria, a alegria da militância, a alegria de contribuir cada dia para construir o novo. Há alternativa e esta necessita de todos, e embora a alternativa nunca tenha deixado de existir, agora são muito mais numerosos os que começam a visualizá-la como necessidade e possibilidade. Por isso há que organizá-la. Por isso temos de agrupar-nos e conseguir uma metodologia nas forças populares que supere as práticas políticas do passado, baseadas nos caudilhos, nas elites ou nos iluminados e promover um vasto protagonismo da militância. Isto implica dar ênfase à construção de corpos coletivos: comissões, comitês de base, de bairros, operários, estudantes etc. Não queremos uma simples somatória de identidades tradicionais. A partir de nossa própria identidade participamos da diversidade para contribuir com o surgimento de uma grande força política popular."

O jornal finaliza referindo-se à campanha anticomunista feita por Menem, e conclui: "os comunistas, como revolucionários, participam da Frente Grande por convicção, por decisão e por nossa linha política".

Guerra civil em Ruanda

Dennis de Oliveira

Coordenador da Unegro/SP

Desde o dia 6 de abril, Ruanda - país centro-africano e ex-colônia belga - mergulhou numa sangrenta guerra civil envolvendo o governo e a Frente Patriótica de Ruanda (FPR). Os conflitos iniciaram após o atentado que vitimou o presidente Juvenal Habyarimana

Os números publicados nos grandes jornais brasileiros variam de 10 a 20 mil mortos nestes conflitos iniciados no dia 6 de abril, logo após o atentado que matou o presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimana, e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamina. O avião que transportava os dois presidentes foi atingido por um míssil quando pousava no aeroporto de Kigali, capital de Ruanda.

A Frente Patriótica de Ruanda (FPR) que desde 1990 combate o

governo ruandês, reiniciou a guerra civil suspensa desde agosto do ano passado, por força de um cessar-fogo assinado entre o governo e os rebeldes sob mediação da ONU. Neste acordo de cessar fogo, estava prevista a participação da etnia u. Parlamento, o que até então não era permitido pelo governo da etnia hutu, majoritária no país.

A imprensa internacional tem caracterizado o conflito em Ruanda como uma guerra tribal entre etnias rivais, os hutus (majoritários e governistas) e tutsis (minoritários e rebeldes). Mas o líder da FPR, Alexis Kanyaragwe, desmente esta tese: "Esta não é uma guerra étnica, é uma guerra contra a ditadura". Detalhe: ele é hutu, ou seja, da etnia "governista".

As exigências da FPR são: desmantelamento da Guarda Presidencial, estabelecimento de pa-

trulhas conjuntas, dissolução do governo interino formado após a morte do presidente, instalação de uma administração transitória rumo a um governo reunindo todas as facções.

Não só a FPR mas várias tentativas estrangeiras tem identificado ações violentas e brutalidades das forças oficiais, como massacre de civis, estupro de mulheres, assassinatos de feridos, mesmo os transportados pela Cruz Vermelha Internacional. No dia 15 de abril, 1.180 civis tutsis foram massacrados por pistoleiros, numa cerimônia que se realizou na cidade de Gikoro.

Origem dos conflitos. Esta guerra tem origem na divisão artificial do continente africano, feita de acordo com a colonização europeia e não da sua própria história. No período colonial, a diversidade étnica era unificada

sob a repressão das forças de ocupação europeias.

Após a independência, instalaram-se na maioria dos países africanos, governos autoritários que mantinham a unidade nacional também sob o peso da repressão. Enquanto a África ainda tinha um interesse estatágico para as supotências capitalistas da Europa, houve apoio das ex-metrópoles a muitos destes governos ditatoriais instalados. Porém, com a chamada Nova Ordem Mundial, a África perdeu esse "status" de interesse estratégico.

Ruanda está neste contexto. Além desta guerra civil, sua população é dizimada pela fome (renda per capita de US\$ 260,00), mortalidade infantil (112 por mil), disseminação de doenças (que atinge 35% das mulheres grávidas).

Parlamento Europeu

Em junho deste ano serão realizadas eleições para o Parlamento Europeu. O ato eleitoral se reveste de importância para os países da Comunidade Europeia, pois as decisões tomadas em Bruxelas, sede do Parlamento, afetam diretamente a vida política, econômica e social de cada país membro. No início da campanha eleitoral, o Partido Comunista da Grécia lançou um manifesto ao povo contendo duras críticas à União Europeia do tratado de Maastrich e uma plataforma de luta.

Na opinião dos comunistas gregos, a União Europeia é de essência profundamente reacionária. Não foi criada para assegurar o progresso dos povos europeus nem para garantir a paz e a segurança no velho continente. A unificação capitalista da Europa foi realizada para servir os interesses e aspirações dos imperialistas, das classes dominantes dos Estados membros, dos capitães da indústria e negócios. O documento do PC da Grécia caracteriza a União Europeia como a versão contemporânea da Santa Aliança do capital, que se esforça por aniquilar as forças do progresso e do socialismo. Ela se funda sobre a feroz exploração dos trabalhadores e dos povos.

Os dados falam por si: 60 milhões de cidadãos vivendo abaixo do nível de pobreza, 20 milhões de desempregados e outro tanto de sub-empregados, milhões de pessoas sem casa, analfabetos, jovens sem condições de encontrar emprego, mulheres submetidas ao ressurgimento do slogan "retornar ao lar" e utilizadas como trabalhadoras de segunda classe, imigrantes considerados como cidadãos inferiores, colocados no alvo da violência racista e neofacista.

O manifesto do PC da Grécia contesta a tese de que a União Europeia objetiva a convergência dos níveis de desenvolvimento dos Estados membros. Na verdade, o que ocorre é um distanciamento cada vez maior entre os países europeus, a concentração do capital e do poder nos países capitalistas dominantes e a subordinação dos países mais fracos, com sérias consequências para a independência nacional.

Em resposta, o PC da Grécia propõe a luta, a nível nacional e europeu, por outra Europa, realmente democrática, onde os povos desempenhem o papel principal, uma Europa onde reine para os trabalhadores a prosperidade econômica e social. Para isso, não basta uma revisão do Tratado de Maastrich. Essa outra Europa passa necessariamente pelo combate dos povos contra a União Europeia como um todo. A nível nacional, diz o documento, o PC da Grécia luta por uma solução democrática, antimonopolista, antiimperialista, cujo desdobramento será o socialismo. Estas mudanças resultarão da organização e da luta do povo por uma Grécia que explore suas potencialidades de desenvolvimento em benefício dos trabalhadores. Reafirmando a política de frente única, o Partido Comunista da Grécia assume o compromisso de contribuir para a formação de um pólo de esquerda antiimperialista, demarcando-se claramente em favor da democracia.

Esporte

Futebol moderno não tem esquema fixo?

▼ Qual o sistema de jogo ideal para o Brasil? Esta questão agita a imprensa esportiva e as conversas de botequim

Ary José Rocco Jr
de São Paulo

Amenos de dois meses da estréia do Brasil na Copa, 20 de junho contra a Rússia em São Francisco, o esquema de jogo da Seleção de Carlos Alberto Parreira ainda suscita polêmica nos meios esportivos brasileiros. O treinador, firme em suas convicções, alega que "o importante não é escalar um ou cinco na frente, mas chegar à área com o maior número de jogadores possível". A abundância de atacantes talentosos no país, a escassez de jogadores

criativos no meio-campo e a má fase de Raf na França são os argumentos daqueles que defendem a adequação do sistema de jogo do treinador aos cinco

Com isso, Parreira vai perdendo, antes do começo do Mundial, a chance de incluir seu nome na restrita galeria dos estrategistas, inovadores do futebol, iniciada em 1863, com a criação das regras futebolísticas. Às dimensões do campo deveria corresponder uma divisão justa de tarefas entre os jogadores, economizando energia e racionalizando a posse de bola. Af surge o sistema tático. Foi a Escócia, em 1872, a primeira equipe a utilizar um esquema de jogo estruturado. Era o 2-4-4 (dois zagueiros, quatro meio-campistas e quatro atacantes), conhecido como "Sistema de Quatro Defesas", defensivo para a época.

A partir de então, os estrategistas passaram a procurar um maior equilíbrio entre defesa e ataque, surgindo o "Sistema Clássico" ou "Piramidal", com goleiro, dois zagueiros, três médios e cinco atacantes (1-2-3-5). Foi com uma variação deste esquema que a Áustria maravilhou o mundo nas décadas de 20 e 30, com o "Wunderteam" (Time Maravilha). A equipe seguia esse modelo, mas com os pontas e um avançado, recuando dois meias para armar o jogo, obtendo o quarto lugar no Mundial de 1934 na Itália.

O famoso "WM". Em 1930, o inglês Herbert Chapman compôs um sistema com três zagueiros diante dos quais jogavam dois médios, depois dois meias - que dividiam a responsabilidade pela ligação defesa-ataque - e mais adiante três atacantes. Era o "WM", onde os

médios e os meias formavam o famoso "Quadrado Mágico" no meio-campo. Calcado numa feroz marcação individual, o modelo levou o Arsenal de Londres à conquista do tricampeonato inglês (1933, 34 e 35). Foi com uma adaptação desse modelo, em que a defesa trabalhava por zona e cada defensor era responsável por um determinado espaço no campo, que a Hungria encantou o mundo ao ser campeã olímpica em 1952 e vice-campeã mundial em 1954 na Suíça.

O futebol ofensivo sofreu o primeiro "gol" em 1935, com a criação do "Ferrolho" pelo austríaco Karl Rappan. Era uma retranca implacável, com oito jogadores atrás, marcando homem-a-homem, e dois esperando do meio para a frente rápidas e esporádicas chances de gol, os contra-ataques. Normalmente utilizado por equipes fracas tecnicamente, compostas de jogadores apenas esforçados como, atualmente, Dunga.

Ciente do extraordinário talento de seus atletas, o brasileiro Vicente Feola criou, em 1958, na Suécia, um esquema ofensivo com quatro zagueiros (dois laterais e dois pelo meio), um volante, um meia e quatro atacantes. O 4-2-4 transformava-se num 4-3-3 quando Zagalo, na ponta-esquerda, recuava para buscar jogo, alterando o desenho tático da equipe.

Repetido em 62, levou o Brasil ao bicampeonato mundial, mostrando que a evolução do futebol não deve desprezar a qualidade técnica dos jogadores. Um exemplo que Parreira deveria levar em conta.

A defesa contra-ataca. Quatro jogadores com a missão de não conceder espaço aos atacantes adversários, atrás um zagueiro extra com liberdade total de movimentos, o "líbero" (homem livre), encarregado de socorrer quem precisasse na defesa, deram origem ao "Catenaccio". Criado em 1960 pelo espanhol Helenio Herrera, entregava o controle da partida ao inimigo, esperando-o em seu campo para, ao recuperar a posse da bola, sair rápido em contra-ataque. Era uma tática de guerrilha onde a surpresa era fundamental. A Internazionale da Itália, dirigida

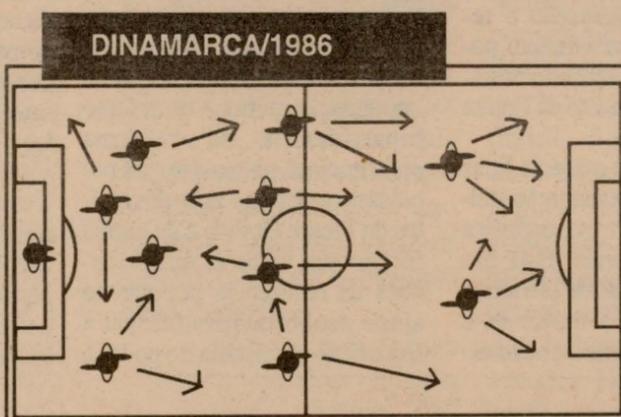
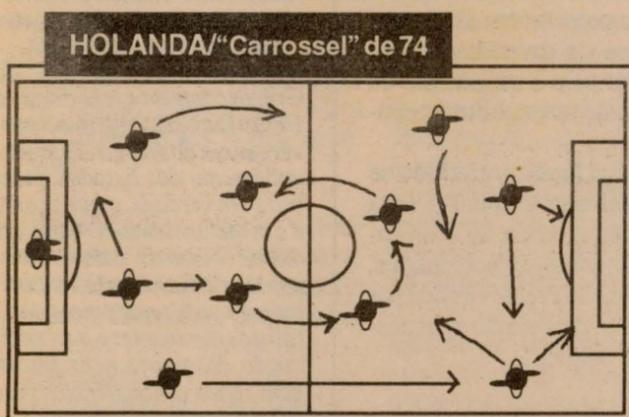
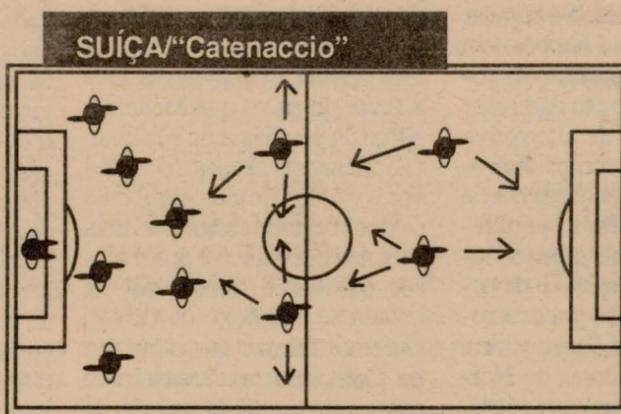
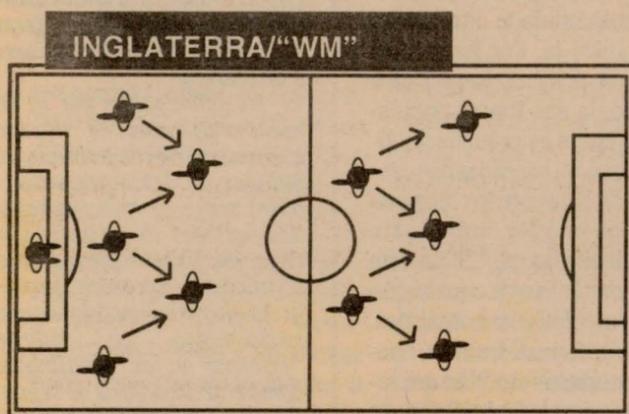
por Herrera, foi bicampeã europeia nas temporadas de 1963/64 e 1964/65, com uma defesa maciça e reforçada.

A década de 70 acentuou o confronto entre ataque e defesa. O "Carrossel" holandês de 1974 foi a maior inovação do período, acabando com as posições fixas dos atletas, exigindo grande preparo físico. Com quatro zagueiros marcando por zona (um líbero), quatro volantes girando pelo campo todo e dois atacantes muito velozes, o técnico Rinus Michels confundiu a marcação adversária, levando a Holanda aos vice-campeonatos mundiais de 1974 e 1978, quebrando as regras táticas tradicionais. Na mesma época, o Brasil de Zagalo inaugurava o defensismo moderno com 4-4-2, congestionando o meio-campo com quatro jogadores, atacando com apenas dois. Não poderia ser outro o modelo utilizado por Parreira, com uma agravante: dois homens do meio são de marcação, Dunga e Mauro Silva, sobrando apenas dois jogadores para a criação de jogadas, o "ofensivo" Zinho e o "veloz" Raf.

O impasse tático. A universalização do futebol levou dezoito seleções a atuarem com o líbero na Copa de 1990. A campeã Alemanha, a vice Argentina e o Brasil de Sebastião Lazzaroni procuraram adaptar o 3-5-2 utilizado com sucesso pela Dinamarca na Copa de 1986. Com um líbero, três zagueiros e um monte de gente no meio, esta variação do "Catenaccio" exigia um jogador acima da média para atuar como homem-livre. O atleta italiano Franco Baresi, é o exemplo do líbero moderno, tendo conquistado o tricampeonato italiano pelo Milan.

Em 1994, a evolução tática pode resultar na extinção do sistema fixo no futebol. Usar ou não líbero e outros dogmas do futebol atual parecem estar se acabando nas mãos de técnicos de sucesso como Telê Santana e Johan Cruyff. Adeptos do futebol ofensivo, o técnico do São Paulo e o do Barcelona defendem a variação do posicionamento dos jogadores de acordo com a evolução do jogo, mesclando vários esquemas em um só: não ter um fixo. Entretanto, novos modelos vão surgindo. Grécia e Noruega vão levar para a Copa dos Estados Unidos o 4-5-1, defensivo, mas de comprovada eficiência nas Eliminatórias.

Ao Brasil de Parreira, que não se arrisca a inovar, resta a esperança de que seu 4-4-2, com Dunga, Mauro Silva e apenas dois atacantes, e no qual ganhar é mais importante que a qualidade técnica dos jogadores, seja o treinador na mais importante de todas as galéias: a dos campeonatos mundiais.



Saudade do gol e do drible

19 de abril. Luto na torcida vascaína. Luto na torcida da Portuguesa. Luto na torcida do Brasil. Morreu, em trágico acidente automobilístico no Rio de Janeiro, o craque nascido no futebol de salão, criado na lusa paulistana, com rápida passagem pelo Grêmio portoalegrense, hoje em pleno auge da carreira no bicampeão carioca. Dener, que deixou Maradona boquiaberto, por muitos comparado a Pelé, despontava como uma das individualidades mais brilhantes do futebol brasileiro.

Inclinam-se todas as bandeiras, as cruzmalinas, verde-rubras, alvinegras, tricolores e rubronegras nos maracanãs, pacaembus, são januários e canindés onde a cada domingo vive-se uma parte da alegria e da tragédia brasileiras.



Ficam solitárias as torcidas, prematuramente privadas do espetáculo no gramado, da jogada genial, do gol de placa. Mais solitários os Romários, Bebetos, Vio-

las e Edmundos, separados por um trágico acaso do companheiro driblador, assistente, armador, goleador, que nos seus verdes anos simbolizou a renitente mania brasileira de jogar pra frente, dar show de bola e fazer gols, muitos gols.

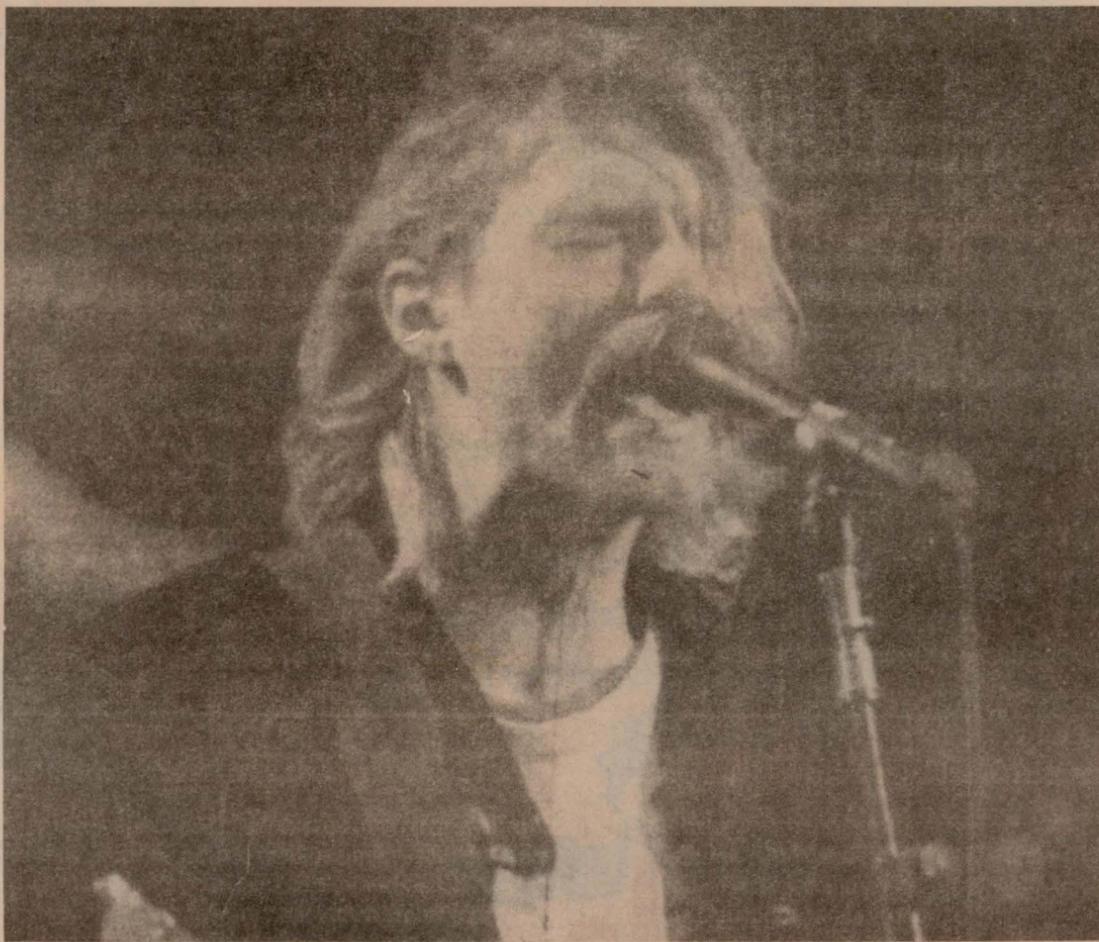
Fica mais pobre e triste o futebol sem Dener, o moleque travesso para quem "às vezes é mais bonito driblar do que fazer gols"

A mística afro-baiana diz que quando morre um negro surge uma estrela no céu. E quando morre um negro, jovem e craque de futebol? Deve nascer uma constelação, Dener não foi convocado pelo Parreira, mas seguramente está na seleção das estrelas. (Zé Reinaldo, Daniel Ilirian, Lindberg Farias e Romário Galvão)

O sistema engole, tritura e cospe fora

▼ Pouco antes de suicidar-se, Kurt Cobain deixou um recado para Arnaldo Antunes (ex-Titãs): "cuidado com o sistema. Eles te engolem e cospem fora como caroço de cereja marrasquino"

Marcos Ruy



Kurt Cobain, cantor e guitarrista do Nirvana

Esse recado suscita uma reflexão. No dia 9 de abril, foi encontrado o corpo do vocalista do Nirvana e inventor do movimento grunge, Kurt Cobain, em sua casa nos EUA. O fato colocou na ordem do dia uma importante discussão sobre a ação da indústria cultural, que mercantiliza as artes de uma forma geral e sobrevive à base de ídolos consagrados pela mídia, tanto quanto necessita de novos valores para cooptá-los e assim manter-se intacta. É esse relacionamento dialético que mantém o mercado cultural em constante ascensão.

O grupo Nirvana, de Seattle (EUA), com seu estilo grunge, criou um modo desleixado de se vestir. Moda que já se estendeu por todo o mundo. Kurt Cobain tornou-se um grande ídolo dos anos 90, com sua personalidade controversa e meio depressiva. Em recente visita ao Brasil, Cobain afirmou que "eu me drogo e brigo com minha mulher", porque "o grande público não tem a capacidade de compreender uma pessoa real e a mídia prefere coisas sensacionais." Na mesma época ele cuspiu nas câmeras da TV Globo, simulou masturbação no ar e quebrou os instrumentos

da banda, no palco, após o show no Maracanã. A canção "Lúcio", do Nirvana, talvez defina bem o pensamento de seu vocalista e compositor: "...Estou feliz, já que hoje encontrei meus amigos/eles em minha cabeça/estou tão feio, mas tudo bem, pois você também está/quebramos nossos espelhos"...

Sucesso e drogas. Muitos outros artistas morreram de overdose de tóxicos e a mídia os transformou em verdadeiros mitos. O guitarrista Jimi Hendrix (também de Seattle), a cantora Janis Joplin e o vocalista e poeta do grupo The Doors sucumbiram às drogas. Os três eram altamente críticos ao establishment e ao status quo. Mas eles não

souberam lidar com o paradoxo de contestar o sistema e às exigências da mídia devido ao meteórico sucesso em suas carreiras. Um exemplo clássico de como a indústria cultural corroi os artistas, é o cantor Sid Vicious. Ele era vocalista do grupo inglês Sex Pistolls, criado pelo empresário Malcolm McLaren, que aproveitou-se da crise e do niilismo predominantes na sociedade inglesa da época. O grupo punk que foi lançado em 1975, proclamava a luta contra o imperialismo e a sociedade de consumo. Sid Vicious também morreu de uma overdose porque sucumbiu ao sucesso e àquilo que o Sex Pistolls representava de transformações no rock.

Em outras épocas, porém, a

ação do sistema já podia ser sentida sobre os seus ídolos. A cantora Carmem Miranda, já nos anos 30/40, via-se obrigada a consumir drogas para suportar o cansativo cronograma de espetáculos a que era submetida. Um caso parecido ao do jogador de futebol Mané Garrincha que toma injeções no joelho para jogar e dar lucro ao seu clube. Garrincha morreu pobre, como todos sabem. Carmem Miranda fez muito sucesso nos EUA e é lembrada até hoje, pelo que produziu em benefício da música popular brasileira. Embora, tenha sido absorvida pelos norte-americanos.

RPM e jabaculê. Na década de 60, no Brasil, o empresário Paulo Machado de Carvalho Filho criou a Jovem Guarda, denominação extraída de uma frase de Lênin que afirmava que o mundo é da jovem guarda, já que a velha está ultrapassada. Certamente, o empresário paulista ganhou muito dinheiro com essa sua "criação".

O grupo brasileiro RPM iniciou sua carreira com compacto simples que incluía a canção "Loiras geladas", que fez grande sucesso. Há comentários de que o empresário Manoel Poladian ao ouvir a música, gostou e re-

solveu investir no grupo. Poladian assinou um contrato com o RPM, cujo teor obrigava a banda a fazer quinhentos shows para o empresário como pagamento pelo investimento efetuado. O RPM subiu nas paradas, fez enorme sucesso. As suas canções eram executadas nas rádios a todo o momento. Os shows eram muitos. E Poladian não cobrava nada. Até que, depois do grupo atingir o auge do sucesso, ele veio com a cobrança e exigiu o respeito ao contrato assinado entre eles. Resultado: O RPM acabou e dizem que o seu vocalista, Paulo Ricardo, cegou perto de passar fome.

O suicídio de Kurt Cobain, então, não pode ser interpretado como um fato isolado, de um indivíduo perturbado e depressivo. Precisa ser compreendido como parte integrante dos vários movimentos de jovens que, de uma certa forma, contrapõem-se ao sistema vigente. Principalmente nas épocas de grandes crises, os jovens vêem-se perplexos e sem perspectivas de vida. Conforme a estudiosa Márcia Regina da Costa foi na década de 50 que se criou um mercado de consumo propriamente para adolescentes e jovens, com uma consequente consolidação de uma "cultura jovem". Para Edgard Morin, é nessa época que a cultura de massas passa a apresentar também problemas de solidão, crises e contradições. Ainda, segundo Morin, os movimentos juvenis dividiram-se, a partir de então, em uma corrente de "integrados ou integracionistas" e outra em que "a destruição supera o consumo" e que, por isso, caminha junto com a violência, com as drogas e, também, com a contestação política e social (Costa, Maria Regina da, in "Os carecas de subúrbio", editora Vozes).

Depois disso, os movimentos passaram a ser cooptados pela indústria cultural e pela mídia que massacram o indivíduo, pregando um individualismo exarcebado, por mais contraditório que pareça. Procuram transformar também os movimentos jovens contra o sistema, em grandes lucros para o próprio sistema. É justamente esse dilema que leva muitos deles a sucumbir por falta de uma perspectiva maior de vida.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____
Assinatura semestral: 15 URVs Assinatura trimestral: 7,5 URVs
Assinatura semestral de apoio: 30 URVs

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

**QUEM
É DE
LUTA
LÊ**

A Classe Operária



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luís Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuarte - Fone (011) 251-1571 - Fotolito: Enfocke - Impressão: DCI Editora Jornalística Ltda - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Daniel Vaz - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Assinaturas:** Fabiana Frederico - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Maracaju, 249 - sala 15 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8125 - PERNAMBUCO - Recife - Av. Boa Vista, 1001 - 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 273-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - conj. 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Ponto Velho - R. Tenreiro, 120 - (067) 221-1162 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Mario Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Manoel de Oliveira



«Maio Vermelho» em São Paulo

▼ Há novidades, sensíveis, no PCdoB de São Paulo. Confira no mapa: apesar da crise do socialismo, do fim da URSS e da poeira do Muro de Berlim; apesar da morte do comunismo anunciada todo santo dia pelos impérios da mídia, o partido está crescendo e não é pouco...

Bernardo Joffily

Um termômetro do crescimento é a campanha pela legalização do partido, a quarta desde o fim da ditadura. Nas três primeiras, entre 1985-90, o partido legalizou-se em dois distritos da capital e 20 municípios. Mas de junho para cá chegou a nove distritos e 60 municípios (inclusive a maioria das grandes cidades). Os filiados saltaram de 17 mil para 35 mil. E no esforço concentrado do "Maio Vermelho", privilegiando a quantidade, o partido deve fechar a fatura, chegando aos 132 municípios e distritos exigidos pela lei.

Mais militância. Outro indicio é a multiplicação dos militantes, força decisiva do PCdoB. Na última Conferência Regional, em fins de 1991, participaram 1.300. A última Conferência da Capital, em junho de 93, manteve o desempenho de 91, com 400 participantes na base. Quando a Conferência de 1º de maio foi convocada, já se propôs reunir 2.700 companheiros. E na prática mesmo este número terminou

superado: 3 mil militantes estão participando das assembleias de base. Só a Zona Sul da capital reuniu 360.

Junto com a quantidade vem a qualidade. Quem entra no Partido Comunista, hoje, não o faz para fritar bolinho. Além do mais, nem todos que se filiam são novatos. Há entre eles presidentes de sindicatos, vereadores, intelectuais, ex-dirigentes de outros partidos. E a sede do Regional passa a escutar diálogos como este:

— Mas eu acho que te conheço... Tu não eras do MR8?
— E você? Você por acaso não era do PT?

Qual partido? Esta realidade nova, repleta de desafios, será enfrentada na Conferência Regional, instância máxima do PCdoB no Estado. Ao encerrar-se, no Dia Internacional de Solidariedade dos Trabalhadores, ela deverá ter deliberado sobre duas questões fundamentais: o "Maio Vermelho"; e a linha de campanha do partido para a batalha das eleições de 1994 em São Paulo. O coletivo comunista de São Paulo debate tanto uma como outra com a consciência de ser ainda pequeno porém cada dia maior.

O crescimento, em si, nem sempre é uma virtude. Não faltam exemplos de forças políticas que crescem exatamente por se renderem, se agacharem e se prostituírem. Salta aos olhos que não é este o caso do PCdoB.

Ainda assim, justifica-se a pergunta: que tipo de partido está se construindo sob a legenda do PCdoB? Ao lado do entusiasmo com o crescimento, há questões que ainda esperam uma resposta satisfatória.

Em especial, o PCdoB-São Paulo cresce, hoje, com um

perfil principalmente popular, ou como um partido da "classe trabalhadora". Mas nem sempre finca raízes no proletariado fabril, que é a ponta de lança dos trabalhadores e do povo. No Ccut-SP, dias 16 e 17 de abril, apenas 20% dos delegados comunistas vinham de sindicatos operários.

A regra tem exceções, como Ribeirão Preto-Sertãozinho e Pindamonhangaba. E, não por acaso, são justamente áreas onde a militância do PCdoB vanguarda sindicatos operários importantes, em especial metalúrgicos. Em Pindamonhangaba, por exemplo, nove décimos do partido são operários; só na grande fábrica local da Villares, há 182 filiados no PCdoB; e a assembleia da base da Villares (que ainda não realizou-se pois a categoria entrou em greve) deve chegar a uma centena de participantes.

Estes exemplos positivos merecem estudo, sob o prisma do trabalho sindical e partidário. A partir deles, de um exame de conjunto do atual universo operário e de uma firme vontade política, é possível, e necessário, reforçar substancialmente a marca proletária do PCdoB.

Aparência e essência. Qual a causa desse crescimento do PCdoB, quando é só paulista, repetindo-se em quase todo o Brasil? O fenômeno tem parentesco com a preferência por Lula nas pesquisas. E também com a derrota, surpreendente para muitos, da revisão constitucional conservadora.

Este último exemplo talvez seja o mais eloquente. Ainda no ano passado, as elites governantes lançavam-se sobre a Constituição como urubus sobre a carniça. Mas, passados

sete meses, mordem a lona. Por quê? Devido aos "gazeteiros"? Só os muitotolos se bastam com uma explicação tão primária. Por causa dos "contras"? Estes sim, jogaram um grande papel; mas só o fizeram por terem no povo, desconfiado e arredo, uma base de sustentação.

É que a aparência das coisas nem sempre corresponde à sua essência. Na aparência, vivemos a apoteose, a goleada do regime burguês, da doutrina neoliberal e da "Nova Ordem Mundial" *made in USA*. Porém debaixo da superfície da sociedade amadurece a negação desse triunfo. E o PCdoB cresce porque ousa resistir à maré reacionária: sem bravatas; mas firme nos seus princípios e mais convicto do que nunca de seus objetivos socialistas.

1945 e 1994. Por coincidência, faz exatamente meio século que o Partido Comunista do Brasil viveu sua fase de maior crescimento. Em 1943 ele tinha em todo o país apenas 1.800 militantes fora da cadeia. Dois anos mais tarde, passava dos 200 mil, elegia 14 deputados e um senador, com 10% do eleitorado, lotava estádios de futebol em seus comícios.

Não há paralelo entre as duas situações. A começar pelo plano internacional, que em 1945 era de franco avanço da URSS, do socialismo e dos partidos comunistas -- ou seja, o oposto da atual.

Mas as diferenças de certa forma valorizam ainda mais os avanços de 1994. Eles se dão num mundo empastado pelo neonazismo, o racismo, o neoliberalismo e outros "ismos" de igual quilate. E os mesmos valores ainda mais e pronunciam avanços ainda maiores.